

Frei Nilo Agostini, ofm

AS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS

AMÉRICA LATINA E CARIBE

POR UM GRITO ÉTICO-PROFÉTICO

MEB – Movimento de Educação de Base

Brasília/DF

2021

Nota do autor

O presente texto foi inicialmente publicado pela Editora Santuário, Aparecida/SP, em 2007, sob o título “As Conferências Episcopais: América Latina e Caribe”. Esgotado e não mais reeditado por esta Editora, ele é cedido ao MEB – Movimento de Educação de Base – para a sua veiculação e/ou disponibilização.

Desde a minha tese de doutorado, defendida na Universidade de Ciências Humanas, em Strasbourg, França, sob o título “Conscientização e Evangelização no Brasil após o Concílio Vaticano II”, o MEB foi objeto de minhas pesquisas, tendo identificado a utilização de práticas e reflexões de e sobre a “conscientização” logo que o neologismo começa a ser utilizado. Na versão da tese publicada pela Editora Vozes, dedico ao MEB as páginas 54 a 64. Cf. AGOSTINI, Nilo. **Nova evangelização e opção comunitária: Conscientização e movimentos populares**. Petrópolis; Vozes, 1990.

Mais recentemente, em artigo publicado na revista *Pro-posições* da Unicamp dediquei ao MEB um subitem entre as “primeiras experiências” no processo de ação-reflexão que estão na origem da “conscientização”. Cf. AGOSTINI, Nilo. Conscientização e Educação: ação e reflexão que transformam o mundo. **Pro-Posições** (UNICAMP. ONLINE), v. 29, n. 3 (88), p. 187-206, 2018.

Indico aqui também, como forma de diálogo com o MEB, o texto que é fruto de minhas pesquisas no pós-doutorado. Este foi publicado pela Editora Vozes. Cf. AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**. Petrópolis: Vozes, 2019.

O texto que aqui segue é o que foi produzido em 2006 e 2007, com pouquíssimas diferenças do publicado pela Editora Santuário, guardando as mesmas características. Que continue a inspirar o nosso povo a ser sujeito na luta por libertação.

Nilo Agostini

Itapema/SC, 16 de junho de 2021

A
Dom Aloísio Lorscheider
e
Dom Luciano Mendes de Almeida
(in memoriam)

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo I: Do Concílio Plenário Latino-Americano ao Concílio Vaticano II

1. O Concílio Plenário Latino-Americano
2. A Conferência Geral do Episcopado do Rio de Janeiro
3. O Concílio Vaticano II

Capítulo II: Medellín: Recepção “criativa” e “seletiva” do Concílio Vaticano II

1. A preparação
2. Os trabalhos da Conferência
3. Conteúdo

Capítulo III: Puebla: A evangelização da América Latina

1. Antecedentes
2. O desenrolar da Conferência
3. A obra de Puebla
4. Evangelização e Libertação

Capítulo IV: Santo Domingo: Por uma nova evangelização

1. A caminho de Santo Domingo
2. A difícil elaboração do documento de Santo Domingo
3. A nova evangelização

Capítulo V: Aparecida do Norte: Discípulos e missionários de Jesus Cristo

1. Fase preparatória
2. O tema central da V Conferência
3. Uma Igreja discípula e missionária

Capítulo VI: Discipulado, missão e evangelização: algumas reflexões

1. O discipulado: adesão e seguimento de Jesus Cristo
2. A nova compreensão de missão
3. A missão de evangelizar
4. Evangelizar os “novos areópagos”
5. Por um grito ético-profético em favor da vida!
 - 5.1. Agraciados pelo Evangelho da Vida
 - 5.2. Constantes ameaças à vida
 - 5.3. É hora de anunciar o Evangelho da Vida

Conclusão

Introdução

A história da América Latina, junto à dos povos do Caribe, traçou no chão das Américas um itinerário marcado pela urgência de um grito em favor da vida. Aqui se cruzaram a cruz e a espada em toda a sua expressividade, numa cristianização universalista, doutrinária e guerreira. Até hoje sobe aos céus um grito por vida, num contexto de morte, com feridas abertas; povos clamando por vida!

A sacralização de uma ordem estabelecida, própria da primeira cristianização, representou aqui uma união entre fé e nacionalidade, num projeto de cristandade aliado ao projeto colonial que inicialmente tentou transplantar o Estado lusitano-espanhol nestas terras. A submissão dos povos aborígenes e escravizados se justificava praticamente por si. A consolidação e a manutenção da *ordem estabelecida* foram apenas consequência lógica de uma sociedade cujo *status quo* era concebido como definitivo e até sagrado. A submissão dos indígenas e afro-descendentes se justificava plenamente, num contexto onde o poder dos mandatários era tido como vindo direto de Deus.

Séculos marcaram esta história que passou pela “independência” (política, não econômica); esta não significou realmente o fim da colonização sócio-cultural e econômica. A cristandade foi substituída pela neo-cristandade, depois pela grande obra do Concílio Vaticano II ainda hoje em marcha. A colonização é hoje substituída pela interdependência própria da globalização, teleguiada pelo neo-liberalismo, quase sempre uma nova forma de dependência para as nações latino-americanas e caribenhas.

“Um *clamor* surdo brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte”. É o que identificavam os bispos latino-americanos em Medellín¹, no ano de 1968, e em Puebla², no ano de 1978. No documento de

¹ II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio (Conclusões de Medellín)*, 7ª edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980, n° 14,2.

² III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina (Puebla – documento final)*, 2ª edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 1979, n° 88.

Puebla lê-se ainda: “*Agora* [este clamor] é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador³.”

Por isso, identificamos, neste momento da nossa história latino-americana e caribenha, a urgência de um grito ético-profético em favor da vida, em favor de nossos povos que habitam este chão marcado tanto pela cruz como pela espada, mesmo que estas tenham assumido novas feições no decorrer dos séculos.

Começaremos por um resgate histórico, refazendo a memória, sobretudo na caminhada da Igreja na América Latina e no Caribe, tendo como referências as Conferências Episcopais Latino-Americanas. Destacam-se, sobretudo, Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, mesmo que façamos uma menção à Conferência do Rio de Janeiro, em 1955, e ao Concílio Plenário Latino-Americano, de 1889.

Nosso objetivo é fazer a memória do desafio ético-profético que perpassa a caminhada da Igreja latino-americana e caribenha, sobretudo presente nos grandes documentos das Conferências Episcopais. Importa captar o desafio ético e identificar as interpelações proféticas de uma Igreja que, mesmo em meio a embates diversos, busca ser fiel ao compromisso evangélico que “deve ser como o de Cristo”, buscando “ter os olhos em Cristo quando se pergunta qual há de ser a sua ação evangelizadora”⁴.

Esta consciência crescente e particular do compromisso evangélico dá-se no decorrer do século XX, em especial na segunda metade. Este percurso representou para a Igreja Católica um tempo sem precedentes de redefinição de sua identidade e de sua missão. O Concílio Vaticano II exerceu um forte impacto, influenciando fortemente na renovação em curso e na sua “recepção criativa” que se seguiu. Mudou a compreensão que a Igreja tinha de si mesma. A América Latina e o Caribe participam ativamente deste momento fecundo da vida da Igreja, mesmo que tenha sido com modos de inserção muito

³ *Ibidem*, n° 89.

⁴ JOÃO PAULO II, Discurso inaugural pronunciado no Seminário plafoxiano de Puebla de los Angeles, México (28 de janeiro de 1979), n° III,3; in CELAM – III Conferência, *op. cit.*, p. 29.

diversos. É assim que entramos para o século XXI e concomitantemente para o terceiro milênio.

CAPÍTULO I

DO CONCÍLIO PLENÁRIO LATINO-AMERICANO AO CONCÍLIO VATICANO II

Três acontecimentos merecem nossa atenção neste primeiro capítulo: o Concílio Plenário Latino-Americano que reuniu praticamente metade do Episcopado deste Continente em Roma, no ano de 1889; a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, de 1955, ocasião em que foi fundado o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM); e o Concílio Vaticano II (1962-1965), evento de maior envergadura, ponto de chegada de toda uma maturação em curso e ponto de partida para muitos novos passos. Para as Conferências Gerais que se realizaram depois, estes três acontecimentos influem com uma tonalidade toda própria, característica de cada época e momento da vida da Igreja.

1. O Concílio Plenário Latino-Americano

As guerras de independência dos diferentes países latino-americanos e a proclamação das diversas repúblicas deixaram um quadro incerto para a Igreja neste Continente. Porém, lentamente, o catolicismo foi recuperando seu espaço, sobretudo a partir do final do século XIX. Um trabalho lento, porém consistente, foi tomando forma com a criação e/ou restauração de seminários, implantação da presença hierárquica da Igreja, a chegada e presença das Ordens e Congregações religiosas e estreitamento paulatino de laços com as administrações civis.

Quando Leão XIII assumiu o pontificado, em 1878, começou logo a estabelecer pontes com os protagonistas políticos, econômicos e culturais da época. No plano pastoral, fomentou a realização de concílios provinciais nas Américas, como o de Baltimore (1884) e em diversas regiões da América hispânica (nos anos 90 do séc. XIX)⁵ até que, em 25 dezembro de 1898, convocou o Concílio Plenário Latino-Americano, a ser realizado em

⁵ Ver a relação dos concílios realizados em SARANYANA, Josef-Ignasi, *Cem anos de Teologia na América Latina (1899-2001)*, col. “Quinta Conferência – História”, São Paulo, Paulus/Paulinas, 2005, p. 17, nota 1.

Roma no ano seguinte. Os trabalhos começaram no dia 28 de maio de 1889 até inícios de julho, estendendo-se por seis semanas⁶. Participaram 13 arcebispos e 40 bispos⁷. Nas sessões solenes, foram aprovados os textos produzidos nas sessões ordinárias; estes, depois de revisados, foram publicados em dois volumes no ano de 1890. Seguiram-se várias edições⁸.

Este Concílio Plenário teve como objetivo fortalecer a unidade da Igreja nas nações latino-americanas, buscando retornar à normalidade eclesial. Houve uma tomada de consciência de que a América Latina constituía uma unidade⁹. Havia necessidade de uma comunicação mais intensa neste vasto território. Nisto residiria a força principal da própria Igreja. Eram tantos os elementos comuns a serem fomentados, bem como comuns eram as dificuldades políticas, sociais e econômicas. A Igreja tinha em comum a dificuldade de um desenvolvimento institucional adequado, sobretudo com as dificuldades surgidas após a independência dos diferentes países.

O conteúdo das atas, dos decretos e dos diversos documentos não mostra grandes novidades teológicas. Na verdade, unificaram-se as diretrizes sobre a disciplina eclesiástica a ser adotada nos trabalhos das dioceses. O documento central, que emanou deste concílio, contém um esquema no qual destacam-se títulos como estes: a fé católica, as pessoas eclesiásticas, as coisas (sacramentos, sacramentais, culto divino, vida dos clérigos, educação católica, obras de misericórdia, benefícios eclesiásticos etc) e os julgamentos eclesiásticos. Trata também, com prudência, das relações entre a Igreja e o Estado. Adentra-se na questão das superstições. Ocupa-se da “seita maçônica e outras sociedades ilícitas”. O documento tem todo um capítulo sobre os sacramentos, tanto *in genere* como *in*

⁶ São poucas as publicações em português sobre este Concílio. Cf. RABUSKE, Arthur, “Notas abrangedoras a respeito do Concílio Plenário Latino-Americano”, *Teocomunicação*, 88 (1990), p. 159-176; DE SOUZA, Ney, “Um Concílio na virada do século: centenário do Concílio Plenário Latino-Americano”, *Revista de Cultura Religiosa*, 27 (1999), p. 101-106. Encontra-se uma bibliografia mais vasta em língua espanhola; cf. SARANYANA, Josef-Ignasi, *op. cit.*, p. 19-21, notas 6, 7 e 8.

⁷ Do Brasil, participaram deste Concílio 13 representantes (arcebispos e bispos).

⁸ Em 1906, foi publicada uma edição em língua espanhola. A original era em latim. Cf. *Acta et Decreta Concilii Americae Latinae*, edição fac-simile, Libreria Editrice Vaticana, Cidade do Vaticano, 1999.

⁹ Cf. PAZOS, Antón M., “El iter del Concilio Plenario Latino Americano de 1889 o la articulación de la Iglesia latinoamericana”, *Anuario de Historia de la Iglesia*, 7 (1998), p. 185-206.

specie. Também trata do avanço do socialismo, da maçonaria, da imprensa e do paganismo em geral. A ortodoxia e a defesa da fé aparecem como as preocupações principais.

Este Concílio Plenário é considerado como um primeiro antecedente das assembléias realizadas a partir da criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em 1955. Muito remotamente, podemos situar este concílio como um primeiro passo do que será mais tarde uma real consciência colegial do episcopado latino-americano que se efetiva nas assembléias ou conferências gerais aqui realizadas e nos diversos trabalhos dos departamentos criados.

2. A Conferência Geral do Episcopado do Rio de Janeiro

Nos dias 25 de julho a 4 de agosto de 1955, logo após a realização do Congresso Eucarístico Internacional, realizou-se no Rio de Janeiro a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, concomitantemente com a criação do próprio CELAM. O Brasil já havia criado, em 1952, a sua Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) sob a inspiração e coordenação de Dom Hélder Câmara, seu primeiro secretário-geral, a quem coube a tarefa de organizar essa primeira Conferência Geral.

O tema central desta Conferência Geral do Rio de Janeiro foi “a evangelização como defesa da fé e das vocações e a preparação do clero”. Esta Conferência criou oficialmente o CELAM (Conferência Episcopal Latino-Americana)¹⁰, com a autorização do Papa Pio XII; a ela foram confiadas as seguintes funções: estudar os problemas de interesse comum em nível da América Latina a fim de procurar soluções adequadas, coordenar atividades promovendo e sustentando as iniciativas de interesse comum, preparar as assembléias ou conferências gerais “sempre que a Santa Sé decide convocá-las”¹¹. Esta Conferência do Rio de Janeiro intitulou-se como a “Primeira Conferência Geral do

¹⁰ Cf. BOTERO RESTREPO, Juan, *El CELAM. Apuntes par una crónica de sus 25 años*, Medellín, Editorial Copiyepes, 1982.

¹¹ Cf. ESPINOSA, Felipe, “El CELAM y las Conferencias”, *Christus*, 515 (1978), p. 11-14; LAURENTIN, René, *Le CELAM*, in *L’Amérique latine à l’heure de l’enfantement*, Éditions du Seuil, Paris, 1968, p. 120-127.

Episcopado Latino-Americano”. Lembro que só mais tarde será acrescentada a designação “América Latina e Caribe”, ou seja, a partir da Conferência Geral de Santo Domingo.

Participaram desta primeira Conferência Geral 37 arcebispos, 58 bispos. A América Latina tinha, na época, 66 arcebispados, 218 dioceses, 33 prelazias, 43 vicariatos e 15 prefeituras apostólicas. Os católicos eram cerca de 150 milhões.

Esta Conferência organizou-se em sete comissões de estudo, com a finalidade de estudar os seguintes temas: clero e auxiliares do clero (religiosos); organização e meios de apostolado; protestantismo e outros movimentos anticatólicos; atividades sociais católicas; missões, indígenas e pessoas de cor; imigração e gente do mar¹². Se no Concílio Plenário de 1889 o tom fora mais disciplinar e doutrinário, na Conferência do Rio estabeleceu-se um programa orientativo de dinamismo pastoral. As *Conclusões* do Rio buscavam, na verdade, incrementar a ação evangelizadora, seguindo os desejos expressos de Pio XII ao convocar a Conferência, com a carta *Ad Ecclesiam Christi*, de 29 de junho de 1955¹³.

Para conseguir este incremento da ação evangelizadora, as *Conclusões* do Rio apontam para o necessário aumento do clero, a ampliação e qualificação das ações pastorais por meio de uma formação mais cuidadosa e especializada dos sacerdotes, uma catequese mais intensa e uma pregação mais vigorosa e abundante dos ministros para isso preparados¹⁴.

É bom notar que juridicamente a Conferência do Rio, mesmo apoiada no cânon 292 do Código de Direito Canônico de 1917, não era legislativa, por isso não vinculante para os bispos. Não tinha um caráter conciliar, como consta no próprio preâmbulo de suas *Conclusões*. Com isso, as decisões aí tomadas têm um caráter de normas ou sugestões para a ação apostólica, buscando dinamizar programas pastorais, após estudar em conjunto a situação religiosa da América Latina e considerar, com realismo, os seus problemas. Isto

¹² Cf. “Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano”, *Revista Eclesiástica Brasileira*, 15 (1955), p. 772.

¹³ PIO XII, “Carta *Ad Ecclesiam Christi*, AAS 47 (1955), p. 539-544.

¹⁴ Cf. Conclusiones, in EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, *Conferencias Generales. Rio de Janeiro. Medellín, Puebla y Santo Domingo. Documentos pastorales*. Santiago Del Chile, Ediciones San Pablo, 1993.

respondia ao apelo de Pio XII, para quem era necessário “combinar um plano e métodos concretos para realizar, com solicitude e competência, tudo quanto as necessidade dos tempos exigem”¹⁵.

3. O Concílio Vaticano II

A recente caminhada eclesial levou a firmar progressivamente uma nova consciência de “Igreja”. O Concílio Vaticano II exerceu forte impulso, sendo pouco a pouco aprofundado e melhor explicitado. “Não esqueçamos o Vaticano II”¹⁶. O caminho percorrido antes e, sobretudo, depois deste “acontecimento providencial” acabou sedimentando “um contributo significativo” pelo “novo tom”, pelo modo “diverso” e pela “nova época” já inaugurada na vida da Igreja¹⁷, marcando a possibilidade de um novo modo de inserção no “mundo”.

Não temos dúvida em situar o Concílio Vaticano II como o evento maior nos últimos séculos no seio da Igreja Católica, uma verdadeira “preparação próxima para o Jubileu do segundo milênio”¹⁸. Ele constituiu-se no ponto de chegada de um longo processo de maturação e representou uma revisão de grande lucidez. Além de ponto de chegada, ele transformou-se em ponto de partida, em força-motriz para novas atividades e uma nova consciência, cuja irradiação continua viva ainda hoje.

Uma nova concepção de Igreja foi tomando forma com o Vaticano II, fruto de uma consciência em gestação; esta foi aprofundada no Concílio e até por ele ampliada. A Igreja, ciente de ser sacramento universal de salvação e sacramento de união do ser humano com Deus e dos seres humanos entre si, superou a eclesiologia tradicional, fundada no axioma “fora da Igreja não há salvação”. Isto colocou a consciência eclesial sob novas bases, capaz de se fundar numa percepção aberta às interpelações de Deus no atual momento histórico.

¹⁵ Cf. PIO XII, *op. cit.*, p. 539s.

¹⁶ Este é o título de uma publicação muito sugestiva de Gustave MARTELET, Paris, Éditions du Cerf, 1995 (título do original francês: *N'oublions pas Vatican II*).

¹⁷ Cf. JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, 2ª edição, col. “Documentos Pontifícios” n° 262, Petrópolis, Editora Vozes, 1996, n. 18, 20, 21.

¹⁸ Cf. *ibidem*, n. 18.

Vejamos alguns traços desta virada conciliar:

- a) A “noção essencialista e jurídica” de Igreja foi abrindo espaço para uma compreensão como “evento histórico”. Passou-se a sublinhar a “historicidade” da Igreja, valorizando a história da humanidade na qual está imersa a comunidade cristã. A relação Igreja-mundo assumiu o signo do “diálogo”, como está muito bem explicitado na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*¹⁹.
- b) O ser humano foi compreendido no coração da história, como colaborador predileto de Deus na construção deste mundo. Conseqüentemente, a teologia passou a enfatizar a atividade criadora do ser humano, tendo Jesus Cristo como centro, Ele que é revelação plena de Deus e realização plena do humano. Uma visão cristocêntrica passou a marcar a teologia e a espiritualidade, num descentramento da Igreja, que agora se volta para o “mundo”, como servidora, e para Cristo, num ato de fé naquele em quem tudo foi criado e subsiste²⁰.
- c) É preciso reconhecer também que o Concílio Vaticano II renunciou à exclusividade do que é cristão e do que é religioso, reconhecendo a autenticidade de valores de comunhão com o Senhor presentes em outras confissões cristãs e a existência de valores autênticos em religiões não-cristãs²¹.
- d) Progressivamente, o Concílio operou um deslocamento eclesiológico decisivo. A compreensão de Igreja fundada na noção de “sociedade perfeita” deu lugar à afirmação da Igreja local como uma presença e manifestação principal do povo de Deus, especialmente na Eucaristia²². Resguardada sempre a unidade e

¹⁹ Cf. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n° 40, in VIER, Frederico (coord.), *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*, 22ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1991, p. 183s.

²⁰ Cf. *ibidem*, n° 22, 32, 45, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 164s, 175s, 193s.

²¹ Tais afirmações encontram-se tanto na LG 14-16 como no Decreto *Ad gentes* sobre a atividade missionária e na Declaração *Nostra aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs.

²² Cf. Constituição *Sacrosanctum Concilium*, n° 41, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 277.

congregada no Espírito Santo, na Igreja particular está e opera verdadeiramente a Igreja de Cristo²³.

- e) Vemos como foi crescendo a compreensão da Igreja em relação a si mesma, bem como em relação ao “mundo”. Sentiu-se parte integrante da humanidade, aprofundando sua presença como “porção consciente do mistério profundo que se realiza em toda a existência humana” e sua participação na realização deste mistério “na sociedade globalmente considerada em seu devir histórico”²⁴. Esta presença e esta participação da Igreja fazem-se como “dom” e como “serviço” à humanidade.
- f) Outro aspecto tornou-se decisivo. Este residiu na capacidade do Concílio Vaticano II apresentar-se como a “carta do diálogo” que somos chamados a realizar tanto dentro da Igreja como com o “mundo”²⁵. Internamente, a “colegialidade” é o traço fundamental do diálogo²⁶. Externamente, o interlocutor é o “mundo moderno”; neste caso, o diálogo começa por uma estima positiva do processo de evolução e maturação deste mundo²⁷, sem prévia condenação²⁸, estabelecendo um colóquio com o mundo em que se vive²⁹; isto no único objetivo de “servir o homem” em toda a sua amplitude, fraqueza e indignidade³⁰.

Na verdade, este foi o ponto de chegada de um longo processo que germinava há tempo na Igreja. Logo transformou-se em força-motriz para novos passos. A obra do Concílio não acabava com a promulgação dos seus documentos. Além de fixar os marcos do caminho a seguir, convocou a Igreja toda a pensar e assumir, como receptora e criadora,

²³ Cf. Decreto *Christus Dominus*, n° 11, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 409.

²⁴ Cf. SEGUNDO, J. L., *Catéchisme pour aujourd'hui*, Tomo I: *Recréer l'Église*, Paris, Les Éditions du Cerf/Desclée, 1973, p. 196.

²⁵ Cf. WACKENHEIM, C., *Le pari catholique*, Paris, Le Centurion, 1980, p. 14-15.

²⁶ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n° 22-23, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p.164s; Cf. Decreto *Christus Dominus*, n° 11, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 405.

²⁷ Cf. PAULO VI, *O valor religioso do Concílio*, em KLOPPENBURG, B., *Concílio Vaticano II*, vol V: *Quarta Sessão* (setembro-dezembro de 1965), Petrópolis, Ed. Vozes, 1966, p. 496; SEGUNDO, J. L., *op. cit.*, p. 196.

²⁸ Cf. PAULO VI, *op. cit.*, p. 497-498.

²⁹ IDEM, *Ecclesiam Suam*, col. “Documentos Pontifícios” n° 147, Petrópolis, Ed. Vozes, 1964, n° 67, p. 37.

³⁰ IDEM, *O valor religioso do Concílio*, in KOPPENBURG, B., *op. cit.*, p. 498.

a sua mensagem. Vejamos a clareza com a qual se expressou o Papa Paulo VI na carta dirigida ao Congresso Internacional de Teologia, datada de 21 de setembro de 1966:

“A tarefa do concílio ecumênico não está definitivamente acabada com a promulgação dos decretos, porque esses decretos, como ensina a história dos Concílios, ao invés de serem um ponto de chegada, são um ponto de partida para novos objetivos. É preciso ainda que o espírito e o sopro renovador do Concílio penetrem nas profundezas da vida da Igreja; urge que as sementes de vida depositadas pelo Concílio no solo da Igreja cheguem à sua plena maturidade”³¹.

³¹ IDEM, “Lettre au Congrès international de théologie du IIème Concile oecuménique du Vatican”, *Documentation Catholique*, 1480 (1966), 1731.

CAPÍTULO II

MEDELLÍN: RECEPÇÃO “CRIATIVA” E “SELETIVA” DO CONCÍLIO VATICANO II

De 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, realizou-se em Medellín, na Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Queremos aqui resgatar um pouco da sua história e da sua contribuição, sobretudo tendo em conta a “recepção” do Concílio Vaticano II que a partir de Medellín tomou corpo na América Latina. Não se trata de um acontecimento isolado; ele fez parte de todo um caminhar, tornando-se de imediato um ponto de irradiação sobre todo o continente.

A realização desta II Conferência Geral foi decisiva para o grande impacto que o Concílio Vaticano II causou na vida da Igreja latino-americana. Na verdade, o Concílio, com o seu espírito e o conjunto de seus documentos, legitimou a renovação que já se operava no seio da Igreja. Permitiu, igualmente, que tomasse força uma “recepção criativa” do Concílio a partir de uma ótica diferente daquela que inicialmente o havia inspirado, agora a partir da perspectiva dos pobres. É sobretudo este processo de “recepção” e de “criação” que queremos abordar neste capítulo.

A Conferência de Medellín traz como antecedente remoto o Concílio Plenário Latino-Americano. Teve também como antecedente a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano do Rio de Janeiro. Um terceiro antecedente foi o Concílio Vaticano II, mais decisivo do que os dois precedentes haja vista o conteúdo que Medellín assumiu. É bom notar, como veremos, que a própria preparação desta II Conferência Geral começou, na verdade, durante o próprio Concílio; seu impulso renovador constituiu-se numa preparação próxima e mesmo imediata da caminhada que toma corpo neste continente.

1. A preparação

A idéia da realização de uma II Conferência Geral dos Bispos Latino-Americanos nasceu durante a última sessão do Concílio Vaticano II. Dom Manuel Larrain, bispo de Talca, Chile, então presidente do CELAM, havia sentido que o momento para um encontro destes era propício, cujo objetivo seria a aplicação das decisões conciliares à realidade do continente. A idéia parecia “perfeitamente viável e rendosa, tomando-se em conta a unidade relativa dos problemas humanos e cristãos bem como a consciência de integração eclesial criada depois dos anos cinquenta e reforçada pelos numerosos encontros pessoais durante os anos do Concílio”³². O projeto foi oficialmente apresentado ao Papa Paulo VI pelo presidente do CELAM em dezembro de 1966.

A X e a XI reuniões ordinárias do CELAM revelaram-se de excepcional importância para a realização e a orientação de Medellín. Em outubro de 1966, a X reunião, em Mar del Plata, Argentina, foi marcada por “um manifesto evangélico” lançado por Dom Hélder Câmara, a partir do qual começou-se a falar abertamente de libertação de um subdesenvolvimento, concebido como “pecado coletivo” de toda a América Latina. Em novembro de 1967, por ocasião da XI reunião do CELAM, em Lima, Peru, os bispos reunidos lançaram uma convocação tendo em vista uma estratégia de conjunto que acabou deslocando a visão mais ligada ao “desenvolvimentismo” para uma visão marcadamente “libertadora”. Durante esta reunião ficou decidido o tema central da Conferência de Medellín: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”. Estabeleceu-se um “documento de trabalho”, tomando-se em conta as reuniões preparatórias que haviam sido realizadas anteriormente em Capilla, próximo de Lima. Este “documento” foi definitivamente concluído num encontro de “bispos e especialistas” realizado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 19 e 26 de janeiro de 1968³³.

³² GALILEA, Segundo, Exemple d’une réception “selective” et créative du Concile: l’Amérique latine aux conférences de Medellín et de Puebla, in Vários Autores, *La réception de Vatican II*, col. “Cogitatio Fidei” n° 134, Les Éditions du Cerf, Paris, 1985, p. 86-87.

³³ Cf. ALCALA, Manuel, Théologie de la libération - Histoire, courants, critique, in Vários Autores, *Théologies de la libération - documents et débats*, Le Cerf/Centurion, Paris, 1985, p. 14; cf. LAURENTIN, René, L’assemblée de Medellín, une étape pour l’Amérique latine, in *L’Amérique Latine à l’heure de l’enfantment*, Paris, Éditions du Seuil, 1968, p. 120-168.

O “documento de trabalho”³⁴ desenvolvia o seguinte esquema:

I. A situação econômica, social, cultural e religiosa na América Latina

1. A realidade latino-americana
2. A Igreja e a nova situação latino-americana
3. A situação da fé e da religiosidade na América Latina

II. A Igreja em sua unidade visível na América Latina

1. Os bispos
2. Os padres
3. Os religiosos
4. O diaconato
5. As vocações
6. Os leigos na Igreja
7. Os seminários
8. A paróquia
9. A diocese
10. As conferências episcopais
11. O CELAM
12. Os bens temporais

III. A celebração do mistério litúrgico na realidade latino-americana

1. Introdução e princípios de base
2. A situação das comunidades
3. A situação do clero
4. Uma palavra sobre a arte religiosa
5. Causas desta situação

Este “documento de trabalho” impressionou muito. A imprensa encarregou-se de dar-lhe uma grande e rápida difusão. No nível do episcopado, o texto encontrou resistência clara e aberta apenas no episcopado colombiano; nos demais, ninguém se pronunciara contra. Nos meios financeiros norte-americanos, houve quem se inquietasse. Na verdade, o documento atestava uma clara “tomada de consciência” por parte do episcopado, apontando para um movimento de grandes proporções.

³⁴ Cf. CELAM, “Documentos para a presença da Igreja pós-conciliar na América Latina”, *Revista Eclesiástica Brasileira*, 28 (1968), p. 431-461.

Três meses mais tarde, do dia 21 a 27 de abril de 1968, o Departamento das Missões do CELAM reunia 60 antropólogos, missionários e pastores (dos quais 15 bispos) para estudar a realidade missionária do continente, com o objetivo de abrir um debate à luz das posições do Vaticano II e de oferecer sugestões pastorais. Este encontro, que teve ecos em Medellín, apontou para a necessidade de conhecer melhor ou mesmo reconhecer os valores e as aspirações das culturas autóctones e da mestiçagem cultural por parte da cultura dominante, de raiz européia e fundada no mundo greco-latino. Diante dos desafios que isso representava, os participantes deste encontro propuseram uma renovação missionária que tocasse a Igreja no que tange a promoção humana e o progresso das culturas, o despertar da fé e a educação na fé, a formação da comunidade eclesial e o diálogo ecumênico³⁵.

Na realidade, uma “recepção local” do Concílio Vaticano II estava tomando forma. Um outro grande impulso a este processo de “recepção” foi dado pela encíclica *Populorum Progressio* (Páscoa de 1967). Esta encíclica representava uma abordagem bastante lúcida dos problemas da justiça e do desenvolvimento que tocavam diretamente o Terceiro Mundo. Sua publicação imediatamente após o Concílio não foi por acaso. Diz-nos Segundo Galilea que ela “veio na hora certa para completar e concertar uma deficiência do Vaticano II, ainda por demais europeu e por demais fraco na perspectiva ‘terceiro-mundista’”³⁶. Esta encíclica foi, na verdade, um instrumento importante para a aplicação do Concílio às realidades dos povos latino-americanos.

E ainda mais! Uma mensagem, assinada por 17 bispos do Terceiro Mundo, datada no dia 15 de agosto de 1967, mostrava, por sua vez, a necessidade de prolongar e de adaptar ainda mais esta encíclica às condições específicas dos países que eles representavam³⁷.

2. Os trabalhos da Conferência

³⁵ Cf. CELAM - Departamento das Missões, “Problemas pastorais das Missões na América Latina” (Crônica), *Revista Eclesiástica Brasileira*, 28 (1968), p. 461-464.

³⁶ GALILEA, Segundo, *op. cit.*, p. 89.

³⁷ Cf. Vários Autores, “Mensagem de alguns bispos do Terceiro Mundo”, *CEI Suplemento*, 4 (1967), 6 páginas.

Na manhã do dia 24 de agosto de 1968, o Papa Paulo VI, que havia chegado na Colômbia no dia 22 para o encerramento do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional, abriu oficialmente os trabalhos da Conferência Geral com um discurso na catedral de Bogotá, do qual extraímos os seguintes trechos:

“... Por uma convergência de circunstâncias proféticas, um outro período da vida eclesial é, a partir da data desta visita mesma, inaugurada aqui hoje. (...) O futuro exige um esforço, uma audácia, um sacrifício, que lançam a Igreja numa profunda ansiedade. Nós estamos num momento de reflexão total. Sentimos entrar em nós, como numa onda que nos submerge, a inquietude característica de nosso tempo, e especialmente destes países, voltados para o seu completo desenvolvimento e agitados pela consciência de seus desequilíbrios econômicos, sociais, políticos e morais”³⁸.

Por causa do discurso de Paulo VI, pronunciado na capital do país, os participantes da Conferência Geral fizeram-se presentes em Medellín somente no dia 26 de agosto, quando os trabalhos começaram com os discursos dos três presidentes do encontro, a saber, Dom Avelar Brandão Vilela, bispo de Teresina, PI, e presidente do CELAM, Dom Juan Landázuri Ricketts, cardeal-arcebispo de Lima, Peru, e Dom Antonio Samoré, cardeal-presidente da Comissão pontifical para a América Latina (CAL). Eram 130 o total dos membros efetivos, com poder de voto. Os especialistas convidados formavam um grupo de 15 pessoas. Além destes, havia convidados especiais, dentre os quais estavam 7 núncios, 5 observadores não-católicos e um bom número de outros observadores³⁹.

Seguiu-se aos discursos dos três presidentes da Conferência uma primeira etapa de reflexão, com 7 exposições, que foram discutidas e aprofundadas por 7 grupos de estudo. Isto tomou três dias de trabalho, isto é, os dias 27, 28 e 29 de agosto⁴⁰. Em seguida, os participantes formaram 16 comissões pastorais para os trabalhos especializados, que

³⁸ PAUL VI, “Le discours d’ouverture de la IIème Conférence générale de l’épiscopat de l’Amérique latine”, *Documentation Catholique*, 1524 (1968), 1560-1561.

³⁹ Segundo os estatutos (revisados, corrigidos e aprovados por Roma), eram membros efetivos da Conferência Geral os presidentes das 22 Conferências de Bispos dos diferentes países e/ou regiões, representantes do episcopado (um em cada 25 bispos), o presidente do CELAM, os delegados e substitutos das Conferências Episcopais do CELAM, os presidentes dos departamentos do CELAM, os sacerdotes membros do corpo dirigente da CLAR, 6 padres representantes do clero diocesano e outros nomeados pelo Papa. Cf. KLOPPENBURG, Boaventura, “A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano”, *Revista Eclesiástica Brasileira*, 28 (1968), p. 623-626.

⁴⁰ Para saber quais foram as sete exposições e seus respectivos expositores, cf. *ibidem*, p. 624.

duraram dois dias, 30 e 31 de agosto. Então, foi lido em assembléia o primeiro resultado dos trabalhos. Após discussão e aportes⁴¹, as 16 comissões retomaram os textos para retocá-los ou, quando necessário, reescrevê-los totalmente. Ao meio-dia de 4 de setembro, começou a votação dos textos em separado. Estes foram aprovados quase unanimemente (um a cinco votos contrários), com uma exceção, o texto sobre os leigos (30 *non placet*, mais uma abstenção), tendo sido refeito, por isso, na última hora. No voto geral de todo o texto do documento final, houve 6 votos contrários, todos de representantes da Colômbia⁴².

O documento final⁴³ apresenta o seguinte esquema:

Mensagem aos povos da América Latina

Introdução: Presença da Igreja na atual transformação da América Latina

Promoção Humana

1. Justiça
2. Paz
3. Família e Demografia
4. Educação
5. Juventude

Evangelização e crescimento na fé

6. Pastoral Popular
7. Pastoral de Elites
8. Catequese
9. Liturgia

A Igreja visível e suas estruturas

10. Movimentos de Leigos
11. Sacerdotes
12. Religiosos
13. Formação do Clero
14. Pobreza da Igreja

⁴¹ Para saber mais detalhes sobre os trabalhos das comissões, cf. *ibidem*.

⁴² Cf. LAURENTIN, René, *op. cit.*, p. 155.

⁴³ Cf. *Conclusões de Medellín*.

15. Pastoral de Conjunto

16. Meios de Comunicação Social

3. Conteúdo

A Conferência Geral de Medellín teve como preocupação maior acompanhar e evangelizar da melhor maneira possível o continente latino-americano naquele momento de transformação social. Conseqüentemente, a orientação seguida foi eminentemente pastoral. As contribuições do Concílio foram objeto de uma atenção constante. Dentro deste quadro, Medellín revelou-se ao mesmo tempo “criativo” e “seletivo”⁴⁴. A partir destas duas características, compreendemos melhor, por um lado, o sucesso desta Conferência e, por outro lado, seu conteúdo mais restrito se tomarmos em conta todo o aporte do Concílio Vaticano II.

Esse traço “criativo” e “seletivo” marcou o conteúdo do documento final, do qual destacamos os seguintes elementos:

a) A missão específica do conjunto da Igreja foi formulada a partir não somente da fé, mas também das situações históricas próprias à vida do povo latino-americano. O esforço mais significativo foi o de encarnar a evangelização na “história”, assumindo a realidade latino-americana e seus processos históricos. Dentro disto, Medellín discerniu os valores, as ambigüidades e os pecados desta história, compreendida como fazendo parte da história da salvação e como lugar da experiência cristã e da missão da Igreja. Na *Mensagem aos Povos da América Latina*, lemos:

“A América Latina, além de uma realidade geográfica, é uma comunidade de povos com uma história própria, com valores específicos e com problemas semelhantes. A tomada de posições e as soluções devem corresponder a essa história, a esses valores e problemas. (...) Como cristãos, cremos que esta etapa histórica da América latina está intimamente vinculada à história da salvação”⁴⁵.

⁴⁴ Cf. GALILEA, Segundo, *op. cit.*, p. 88-98.

⁴⁵ II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, *Mensagem aos povos da América Latina*, *op. cit.*, p. 36-37.

b) O conteúdo do documento final (geralmente chamado *Conclusões de Medellín*) mostra que o recurso aos “sinais dos tempos” latino-americanos foi uma característica que atravessou toda a Conferência. Esse tema conciliar de alcance universal (cf. *Gaudium et Spes*) foi aplicado à realidade latino-americana. Uma análise realista mostra bem que a América Latina esteve sempre muito ligada às injustiças e aos processos sociais de desumanização. Isto explica o apelo dos bispos a toda a Igreja para empreender “a evangelização e a libertação integral dos pobres e dos oprimidos” contra o que eles chamaram de “pecado coletivo”. Entendemos, então, que a Igreja exprimira a decisão de assumir e acompanhar, numa perspectiva de evangelização, todos os esforços de libertação e de humanização dos povos do continente. Esta decisão foi expressa com as seguintes palavras:

“Como homens latino-americanos, compartilhamos a história de nosso povo. (...) Como Pastores, com responsabilidade comum, queremos comprometer-nos com a vida de todos os nossos povos na busca angustiada de soluções adequadas para seus múltiplos problemas. (...) À luz da fé que professamos como fiéis, fizemos um esforço para descobrir o plano de Deus nos ‘sinais dos nossos tempos’. Interpretamos que as aspirações e clamores da América Latina são sinais que revelam a orientação do plano divino operante no amor redentor de Cristo que funda estas aspirações na consciência de uma solidariedade fraterna”⁴⁶.

c) Uma terceira característica que atravessa o documento de Medellín e que decorre das duas precedentes é a do tema da libertação cristã dos pobres e oprimidos. Esse tema se apresenta como a resposta da fé ao resultado da análise dos “sinais dos tempos” na sociedade latino-americana. Ao receber de forma criativa e seletiva, por exemplo, *Gaudium et Spes*, *Ad Gentes* e *Populorum Progressio*, Medellín integrou a “libertação” e a “evangelização” em sua única tarefa: ser uma Igreja servidora da humanidade. A evangelização foi seletivamente compreendida como um serviço preferencial pela libertação dos pobres. Deste modo, o “mundo” da *Gaudium et Spes* (Vaticano II) foi relido privilegiando o “mundo dos pobres e marginalizados”. Três textos, entre outros, exprimem mais adequadamente o que acabamos de afirmar:

⁴⁶ *Ibidem*.

“Esta evangelização dever estar em relação com os ‘sinais dos tempos’. Não pode ser a-temporal ou a-histórica. Os ‘sinais dos tempos’, que em nosso continente se manifestam sobretudo no campo social, constituem um ‘lugar teológico’ e interpelações de Deus”⁴⁷. “Queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos”⁴⁸. “... A catequese atual deve assumir totalmente as angústias e esperanças do homem de hoje, a fim de oferecer-lhe as possibilidades de uma libertação plena, as riquezas de uma salvação integral em Cristo, o Senhor”⁴⁹.

d) Em quarto lugar, temos que reconhecer que Medellín soube traduzir o Concílio ao valorizar a Igreja local como realização da Igreja universal, sob a forma de um pluralismo cultural de espiritualidade, de expressão e de celebração da mesma fé e um pluralismo do pensamento teológico. Assim, as Igrejas locais latino-americanas puderam emergir com sua personalidade e riquezas próprias, dentro da comunhão católica⁵⁰.

Vimos como a Conferência de Medellín revelou-se tanto “passiva” quanto “ativa” na recepção dos conteúdos do Concílio Vaticano II. Fez uma recepção “passiva” através de um acolhimento sincero e positivo da mensagem e do espírito conciliares. Não obstante, esta recepção foi também “ativa” por ter realizado todo um discernimento em culturas e em condições históricas próprias, o que lhe confere um caráter “seletivo”. O Papa Paulo VI estava bem consciente disto quando reconheceu, na *Octogesima Adveniens* (14 de maio de 1971), a dificuldade de pronunciar uma palavra única como solução universal, dizendo claramente que esta não era a sua ambição nem tampouco sua missão. Vejamos o texto:

“É às comunidades cristãs que cabe analisarem, com objetividade, a situação própria do seu país, e procurarem iluminá-la com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho; a elas cumpre o haurirem princípios de reflexão, normas para julgar e diretrizes para a ação, na doutrina social da Igreja, tal como ela tem vindo a ser elaborada, no decurso da história... A essas comunidades cristãs incumbe discernirem, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos

⁴⁷ *Conclusões de Medellín*, 7,13.

⁴⁸ *Ibidem*, 14,8.

⁴⁹ *Ibidem*, 8,6.

⁵⁰ Cf. *ibidem*, 15,5-6.17.22.

que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentam como necessárias, com urgência, em não poucos casos”⁵¹.

⁵¹ PAULO VI, *Carta Apostólica ‘Octogesima Adveniens’*, nº 4, in A. DE SANCTIS (org.), *Encíclicas e documentos sociais: da “Rerum Novarum” à “Octogesima Adveniens” – De Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII, Concílio Vaticano II e Paulo VI*, vol. 1, São Paulo, LTR, 1991.

CAPÍTULO III

PUEBLA: A EVANGELIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

De 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, realizou-se em Puebla de los Angeles (México) a III Conferência do Episcopado Latino-Americano. Ela sublinha e solidifica, como opção da Igreja deste Continente, a necessidade responder aos inúmeros desafios da realidade local, assumindo como tema: “A evangelização no presente e no futuro da América Latina”.

1. Antecedentes

A influência da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de Medellín se fez sentir imediatamente após a sua realização por todo o continente. Sucessivamente, as Conferências Episcopais se reuniam para reafirmar as conclusões de Medellín. Entre 1968 e 1972, o CELAM demonstrou uma grande criatividade, fruto de um intenso trabalho dos diferentes departamentos pastorais, de modo especial o da “Pastoral de Conjunto”. Ao mesmo tempo, fazia-se sentir, a nível da base, uma evolução visível da Igreja, isto é, da organização do povo cristão e da sua relação com a hierarquia, com visíveis “deslocamentos eclesiais” como a busca de ser uma Igreja pobre, com uma estrutura hierárquica mais simples, uma renovação da vida sacerdotal e religiosa, implantação das comunidades eclesiais de base (CEBs), cristalização progressiva de uma “evangelização libertadora” etc. Durante estes anos, formulou-se uma nova perspectiva hermenêutica e reflexiva da fé, sendo escritos os primeiros ensaios da Teologia da Libertação, teologia esta que sistematiza a perspectiva acima assinalada.

Não faltaram os que reagiram contra Medellín ou sentiram sérias dificuldades de assumir suas conclusões. Estes foram ganhando terreno num segundo momento pós-Medellín, inclusive no próprio CELAM. A Teologia da Libertação, Medellín e o compromisso dos cristãos com os pobres passaram a ser alvo de críticas, quando não de cerceamento. Isto repercutiu na própria preparação da Conferência de Puebla. Apesar

destas reações, as aspirações básicas de Medellín não foram detidas. Prova disto foi a eleição do cardeal Dom Aloísio Lorscheider à presidência do CELAM, por ocasião da XVI reunião ordinária do CELAM, no final de 1976, em San Juan de Puerto Rico. Na ocasião, Dom Alfonso López Trujillo foi confirmado como secretário geral do CELAM por 4 anos.

Esta reunião de San Juan de Puerto Rico foi também a ocasião de expressar o desejo de marcar o décimo aniversário de Medellín, pela convocação de uma III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. A 12 de dezembro de 1977, o Papa Paulo VI anunciou oficialmente a convocação desta Conferência que devia realizar-se de 12 a 28 de outubro de 1978, em Puebla de Los Angeles, México. Mas, em razão da sua morte e em seguida da morte de João Paulo I, a Conferência foi adiada. João Paulo II, que queria assistir pessoalmente a inauguração, fixou definitivamente a data da inauguração da III Conferência para o dia 27 de janeiro de 1979. O tema foi confirmado.

Tendo em vista a preparação da Conferência Geral de Puebla, o CELAM publicou um “Documento de Consulta”, enviado a todas as dioceses no primeiro semestre de 1978, com o objetivo de servir de instrumento de reflexão e de permitir reações diversas. As discussões em torno deste primeiro documento propiciaram a redação do “Documento de Trabalho”, este entregue aos participantes a fim de ser “um instrumento de ajuda à criatividade”⁵².

2. O desenrolar da Conferência

João Paulo II exerceu um papel decisivo na Conferência de Puebla ao fazer-se presente na sua abertura, abrindo os trabalhos com um discurso proferido no dia 28 de janeiro de 1979⁵³. Expressiva também foi a presença mobilizadora de Dom Aloísio Lorscheider e da comissão de orientação e de articulação da Conferência. As tensões e incertezas da preparação tenderam a serenar.

⁵² Cf. LORSCHIEDER, Aloísio, “Discurso” (de abertura), *SEDOC*, 11 (1979), p. 944.

⁵³ O Papa João Paulo II visitou a República Dominicana e o México entre os dias 25 de janeiro e 1 de fevereiro de 1979. Nesta viagem foram proferidos pelo Papa 33 discursos.

Na manhã do dia 29 de janeiro, os trabalhos da Conferência Geral começaram efetivamente⁵⁴. Os trabalhos foram abertos por um discurso do Cardeal Aloísio Lorscheider que sublinhou o caráter soberano da Conferência tanto no método de trabalho a ser assumido como na recepção ou não dos documentos preparatórios⁵⁵. A partir disso, foi formada a comissão de orientação e de articulação que redigiu um novo plano de trabalho que tomou forma nas 21 comissões encarregadas de estudar cada subtema da assembléia. Dom Luciano Mendes de Almeida exerceu um papel decisivo para o encaminhamento do plano de trabalho, aprovado por 149 votos dos 187 com direito a voto.

Vinte e um subtemas deram rosto aos trabalhos da Conferência, organizados inicialmente em torno de 4 núcleos básicos⁵⁶. As comissões trabalharam durante todo o dia 1º de fevereiro e em parte do dia seguinte para chegar a uma primeira redação, em torno de 100 páginas. Em seguida, os trabalhos assumiram outra dinâmica, misturando os membros de comissões de um mesmo núcleo; os trabalhos fluíram até chegar a uma nova redação, terminada no dia 3 de fevereiro. Após uma pausa, o dia 5 e uma parte do dia 6 de fevereiro foram consagrados ao estudo pessoal da segunda redação. Os dias 6 a 8 foram ocupados com os debates, com numerosas intervenções⁵⁷. Desta forma, chegou-se à terceira redação feita durante o dia 9 de fevereiro. No dia seguinte, houve ainda discussões em torno do texto, colocado em votação no dia 11. 184 bispos, dos 187 inscritos, votaram. Todos os textos foram aprovados, menos a segunda parte do texto da primeira comissão (Visão pastoral da realidade), que recebeu 69 *non placet*, não chegando aos dois terços necessários para a aprovação. No dia 13 de fevereiro de 1979, o documento final foi aprovado por 179 votantes, sendo 178 pelo “sim” e 1 voto em branco. O Papa João Paulo II aprovou, pouco depois, o texto com algumas pequenas modificações.

⁵⁴ Esta assembléia foi composta por 367 participantes oficiais, com 187 bispos com direito a voto. Dentre os participantes 21 eram cardeais, 66 arcebispos, 130 bispos, 45 religiosos e religiosas, 34 leigos homens e mulheres, 4 diáconos, 4 camponeses, 4 indígenas e 5 observadores não católicos.

⁵⁵ Cf. LORSCHIEDER, Aloísio, “Discurso de D. Aloísio”, *SEDOC*, 11 (1979), p. 943-947.

⁵⁶ Os eixos básicos que orientaram os trabalhos foram: 1. Visão pastoral da realidade latino-americana; 2. Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina; 3. A evangelização na Igreja da América Latina; 4. A Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina. Um quinto eixo foi ganhando importância no decorrer da assembléia, sendo assumido sob o título “Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais”. Cf. AGOSTINI, Nilo, *Conscientisation et évangelisation dans l'Église Catholique du Brésil depuis Vatican II*, Thèse de Doctorat – tome I, Faculté de Théologie Catholique, Université des Sciences Humaines, Strasbourg, France, 1989, p. 104.

⁵⁷ Cf. “Intervenções feitas durante a Assembléia”, *SEDOC*, 11 (1979), p. 978-990.

O documento final de Puebla representou o trabalho de 22 comissões; vem encabeçado por uma mensagem. Seu conteúdo apresenta-se da seguinte forma:

Mensagem aos Povos da América Latina

Parte I: Visão pastoral da realidade latino-americana

Capítulo I: Visão histórica da realidade latino-americana: Os grandes momentos da evangelização na América Latina

Capítulo II: Visão sócio-cultural da realidade da América Latina

Capítulo III: Visão da realidade eclesial, hoje, na América Latina

Capítulo IV: Tendências atuais e evangelização no futuro

Parte II: Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina

Capítulo I: Conteúdo da evangelização

Capítulo II: O que é evangelizar

Parte III: A evangelização na Igreja da América Latina: comunhão e participação

Capítulo I: Centros de comunhão e participação

Capítulo II: Agentes de comunhão e participação

Capítulo III: Meios para a comunhão e participação

Capítulo IV: O diálogo para a comunhão e participação

Parte IV: Igreja missionária a serviço da Evangelização na América Latina

Capítulo I: Opção preferencial pelos pobres

Capítulo II: Opção preferencial pelos jovens

Capítulo III: Ação da Igreja junto aos construtores da sociedade pluralista na América Latina

Capítulo IV: Ação da Igreja em favor da pessoa na sociedade nacional e internacional

Parte V: O dinamismo do Espírito: Opções pastorais

3. A obra de Puebla

O conteúdo do documento final de Puebla traz diversas referências de base, entre as quais citamos a Conferência de Medellín e o Concílio Vaticano II. É preciso acrescentar ainda a exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI, que foi para Puebla o que a

Populorum Progressio foi para Medellín. Mais uma referência de Puebla é a realidade humana que o povo latino-americano estava vivendo naquele momento. E uma última referência, aliás bem marcante, é a experiência pastoral das Igrejas locais e a reflexão teológica que delas brotava. A partir destas referências fundamentais, a mensagem de Puebla nos revela várias orientações. Destacamos as mais significativas:

- a) A primeira linha de Puebla é esta: Viver a fé a partir dos desafios históricos, sócio-culturais e eclesiais do continente latino-americano. O documento se refere claramente à realidade do povo assim descrita:

“Do coração dos vários países que formam a América Latina está subindo ao céu um clamor cada vez mais impressionante. É o grito de um povo que sofre e que reclama justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos. Há pouco mais de dez anos, a Conferência de Medellín já apontava a constatação deste fato, ao afirmar: ‘Um clamor surdo brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte’ (14,2). O clamor pode ter parecido surdo naquela ocasião. Agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador”⁵⁸.

- b) Em segundo lugar, vem a repercussão que esta realidade teve e ainda tem sobre a tarefa “evangelizadora” da Igreja. Puebla indica que para esta maturação houve toda uma caminhada. Afirma o documento:

“Desde a I Conferência Geral do Episcopado, realizada no Rio de Janeiro, em 1955, e que deu origem ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), e, ainda com mais vigor, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, a Igreja tem conquistado paulatinamente a consciência cada vez mais clara e profunda de que a evangelização é sua missão fundamental e de que não é possível o seu cumprimento sem que se faça o esforço permanente para reconhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã ao homem de hoje, dinâmica, atraente e convincentemente”⁵⁹.

A evangelização se torna “tarefa primordial” da Igreja, enquanto serviço humanizante e salvífico do homem e da condição humana.

⁵⁸ Puebla – documento final, *op. cit.*, n° 87, 88, 89.

⁵⁹ *Ibidem*, n° 85.

- c) Essa tarefa primordial que é a “evangelização” é toda ela perpassada pelo engajamento da Igreja pelos mais pobres, por sua evangelização integral e libertadora. Deste modo, “a opção preferencial em favor dos pobres” é a expressão pela qual Puebla traduz este engajamento. Depois de assinalar que a escolha prioritária dos pobres e a abertura pastoral (para a renovação e para novas experiências) são a tendência mais notável da vida religiosa latino-americana⁶⁰, o documento final de Puebla enfatiza:

“A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação”⁶¹.

- d) Em razão de sua missão de evangelização, a Igreja reunida em Puebla também fez uma opção preferencial em favor dos jovens⁶². A finalidade desta opção é “apresentar aos jovens o Cristo vivo, como único Salvador, para que, evangelizados, evangelizem e contribuam, como em reposta de amor a Cristo, para a libertação integral do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação”⁶³. No plano pastoral, isto significava:

“Desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral da juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso Continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade”⁶⁴.

⁶⁰ Cf. *ibidem*, n° 733.

⁶¹ *Ibidem*, n° 1134.

⁶² Cf. *ibidem*, n° 1186.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*, n° 1187.

- e) Como conseqüência do quadro acima descrito, o discurso de Puebla buscava claramente a defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana, especialmente a defesa dos pobres, tão atingidos na década que precedeu Puebla pela multiplicação dos regimes de força (inspirados na doutrina de segurança nacional) e pela crise econômica e mundial, sendo o petróleo um de seus focos principais. Puebla reconhece, portanto, que “uma promoção eficiente da dignidade humana é o imperativo original desta hora de Deus”⁶⁵ e constitui uma parte da evangelização⁶⁶ e um valor evangélico⁶⁷.
- f) Puebla aprofundou a questão da cultura e da evangelização das culturas latino-americanas. Na linha da exortação *Evangelii Nuntiandi*, foi abordado o tema das culturas autóctones e minoritárias e o tema da religiosidade popular. Vejamos o texto:

“A ação evangelizadora de nossa Igreja latino-americana há de ter como meta geral a constante renovação e transformação evangélica de nossa cultura, quer dizer, a penetração, pelo Evangelho, dos valores e critérios que a inspiram, a conversão dos homens que vivem segundo esses valores e a mudança que, para serem mais plenamente humanas, requerem as estruturas em que aqueles vivem e se expressam”⁶⁸.

Neste sentido, parece importante levar em conta o caráter religioso dos nossos povos, não só para fazer de sua religiosidade o objeto da evangelização, mas, na medida em que a Palavra de Deus está encarnada neles, torná-la uma maneira ativa de o povo evangelizar-se a si mesmo constantemente⁶⁹.

- g) Convém assinalar também que as comunidades eclesiais de base (CEBs) foram aqui assumidas. Os bispos reunidos em Puebla declararam que as CEBs se tornaram “motivo de alegria e esperança”⁷⁰, que elas se converteram em

⁶⁵ *Ibidem*, n° 320.

⁶⁶ Cf. *ibidem*, n° 1254, 1283.

⁶⁷ Cf. *ibidem*, n° 1254.

⁶⁸ *Ibidem*, n° 395.

⁶⁹ Cf. *ibidem*, n° 396, 450.

⁷⁰ Cf. *ibidem*, n° 96, 262, 1309.

“centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento”⁷¹. Portanto, os bispos confirmaram a legitimidade e o valor desta experiência, reconhecendo sua particular importância no continente latino-americano⁷². As CEBS são até apresentadas como meios favoráveis ao surgimento de novos serviços de leigos⁷³.

4. Evangelização e Libertação

Não há como negar que a Conferência de Puebla deixou um legado com um acento todo particular para a Igreja da América Latina. Esta herança se funda no encontro entre *evangelização e libertação*. É claro que estamos falando de uma realidade ao mesmo tempo dinâmica e complexa que se desdobra em múltiplas dimensões⁷⁴. Vejamos, a seguir, alguns destes desdobramentos, verdadeiras forças motrizes da ação evangelizadora:

a) A “situação de pecado social” exige da Igreja que “sua evangelização libertadora se oriente fundamentalmente no sentido de converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, bem como a vida e o meio concreto que lhe são próprios”⁷⁵. O pecado que germina nas profundezas do ser humano penetra também as estruturas que, por sua vez, corrompem e pervertem as consciências. A “conversão” indica aqui a emergência progressiva de “seres humanos novos”, profundamente convertidos ao Evangelho e, por conseguinte, conscientes da necessidade de evangelizar os processos de transformação social⁷⁶.

b) Um segundo desdobramento diz respeito à “cultura”. “Uma vez que cada um dos homens nasce no seio de uma cultura, a Igreja procura alcançar, por meio de sua ação

⁷¹ Cf. *ibidem*, n° 96.

⁷² Cf. *ibidem*, n° 269.

⁷³ Cf. *ibidem*.

⁷⁴ Cf. PAULO VI, Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, 6ª edição, col. Documentos Pontifícios n° 188, Petrópolis, Editora Vozes, 1984, n° 17.

⁷⁵ CNBB – XXV Assembléia Geral, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil: 1987-1990*, São Paulo. Edições Paulinas, 1987, n° 63-64; PAULO VI, *op. cit.*, n° 9, 18, 36; cf. Puebla – documento final, n° 438; PIRONIO, Eduardo F., *Evangelização e Libertação*, São Paulo, Edições Loyola, 1981, p. 31-58.

⁷⁶ Cf. CNBB – XXV Assembléia Geral, *op. cit.*, n° 63-64.

evangelizadora, não só o indivíduo senão também a cultura do povo”⁷⁷. O princípio geral é o da “encarnação”, isto é, uma evangelização que se traduza num processo de consolidação e de fortalecimento dos valores e não num processo de destruição; uma evangelização que pretenda ser uma contribuição ao crescimento das “sementes do verbo” presentes nas culturas⁷⁸. Esta “encarnação” implica também que “a Igreja – obviamente a Igreja particular – se esmere por adaptar-se, realizando o esforço de transvasamento da mensagem evangélica para a linguagem antropológica e para os símbolos da cultura em que se insere”⁷⁹. É a partir deste processo de apresentação da Boa-Nova que a Igreja chega a denunciar a presença do pecado nas culturas para dele libertá-las⁸⁰.

c) Um terceiro desdobramento exprime a evangelização em termos de *comunhão e libertação*. Foi o que mais marcou Puebla e que tem ocupado um importante lugar nas diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil⁸¹. Neste desdobramento, a evangelização contém ao mesmo tempo um apelo a participar “na comunhão trinitária” e um apelo a participar “dos gemidos do Espírito que quer libertar a criação inteira”⁸². Firmada no amor, a evangelização explicita as implicações deste amor no esforço de libertação de nossos povos, tornando-se “sobretudo obra de justiça para com os oprimidos”⁸³.

d) Um quarto desdobramento, ligado aos precedentes, assume a evangelização como força motriz de um *processo permanente de libertação*. A tarefa primordial de toda evangelização é a “gestação” da comunhão e da participação dos seres humanos entre si e com Deus. Isto não se dá por acaso. O ser humano é chamado a participar nela por um “processo de libertação” segundo o qual ele se liberta daquilo que obstaculiza a comunhão e a participação, para vivê-las plenamente. A “conversão” entra como uma dimensão

⁷⁷ Puebla – documento final, n° 394; cf. PAULO VI, *op. cit.*, n° 18.

⁷⁸ Cf. *ibidem*, n° 400-403; cf. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n° 57, in VIER, Frederico (coord.), *op.cit.*, p. 208s.

⁷⁹ Puebla – documento final, n° 404; cf. cf. PAULO VI, *op. cit.*, n° 53, 62, 63; cf. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n° 58, in VIER, Frederico (coord.), *op.cit.*, p. 210.

⁸⁰ Puebla – documento final, n° 405.

⁸¹ CNBB – XXV Assembléia Geral, *op. cit.*, n° 69-81.

⁸² Puebla – documento final, n° 218-219.

⁸³ Cf. *ibidem*, n° 327.

inseparável. Assim, “toda evangelização visa a suscitar, aprofundar e consolidar a fé e, à luz da fé, a tornar possível uma sociedade mais justa e fraterna”⁸⁴.

⁸⁴ JOÃO PAULO II, Missões e Missionários (homilia pronunciada em Manaus, AM, 11 de junho de 1980), em *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1980, p. 269.

CAPÍTULO IV

SANTO DOMINGO: POR UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO

A IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de Santo Domingo realizou-se de 12 a 28 de outubro de 1992, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana. Ofereceu-nos um documento final que refletiu todo um contexto que passaremos a analisar. Entrávamos num período distinto dos anteriores em muitos aspectos e que exigiu um acurado discernimento da Igreja. Não faltaram tensões na elaboração deste documento.

1. A caminho de Santo Domingo

Com Medellín e Puebla, a Igreja na América Latina cristalizou certas intuições do Concílio Vaticano II que foram se tornando o impulso para muitos outros passos. O Evangelho como "prática", a Igreja como "Povo de Deus", os nossos "sinais dos tempos" como interpelações de Deus foram algumas dessas intuições que levaram os cristãos a participar dos processos históricos, dentro de uma prática atenta às realidades locais e de libertação. A experiência de Deus nessa prática esteve no nascedouro de uma nova maneira de fazer teologia. Foi o momento do nascedouro da Teologia da Libertação.

Mais do que um discurso radical, salvo exceções, a Teologia da Libertação quis, desde o início, levar a uma prática transformadora. Essencialmente, buscou refletir criticamente sobre Deus a partir dos pobres. Há, neste modo de fazer teologia, um permanente diálogo com a realidade, uma decidida opção pelos pobres e um compromisso pelos processos de libertação integral. Não faltaram acentos diferentes nesta teologia, tais como, teologia da práxis pastoral de Igreja, teologia da práxis dos grupos e movimentos revolucionários, teologia da práxis histórica (buscando a transformação da ordem sócio-econômica e político-cultural) e teologia da práxis dos povos latino-americanos.

A Congregação para a Doutrina da Fé, por sua vez, pronunciou-se duas vezes sobre a Teologia da Libertação, com as instruções *Libertatis nuntius*⁸⁵, em 1984, e *Libertatis conscientia*⁸⁶, em 1986. A primeira instrução foi uma chamada de atenção sobre alguns pontos. Lembrou que “as exigências da promoção humana e de uma libertação autêntica somente se compreendem a partir da tarefa evangelizadora tomada em sua integridade” e que “esta libertação tem como pilares indispensáveis a verdade sobre Jesus Cristo o salvador, a verdade sobre a Igreja, a verdade sobre o homem e sobre sua dignidade”⁸⁷. Enfatizou a necessidade de uma “apresentação integral do mistério cristão”⁸⁸. A segunda instrução traz uma rica reflexão sobre a *libertação* na teologia cristã; lembra que a palavra de Jesus “A verdade vos libertará”, de Jo 8,32, “deve iluminar e guiar todas as reflexões teológicas e todas as decisões pastorais”⁸⁹. A partir da Sagrada Escritura, ilumina “a missão libertadora da Igreja”⁹⁰ e aponta para a “práxis cristã da libertação”, destacando a Doutrina Social da Igreja⁹¹.

No entanto, as décadas subseqüentes ao início da "recepção" latino-americana do Concílio Vaticano II até a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano traziam à tona uma nova situação histórica e uma nova conjuntura eclesial que, por sua vez, urgiam mudanças na própria maneira de fazer teologia. A situação não era mais a mesma. Sentia-se a necessidade de uma nova perspicácia crítica e reflexiva. Por um lado, o sistema capitalista assumia uma feição neo-liberal com forte impacto sobre os países e respectivas populações. Por outro lado, no interior da Igreja, a Teologia da Libertação abrandava algumas de suas vertentes, ao mesmo tempo em que uma onda de tradicionalismo ressurgia, organizado até como “escola teológica”.

Vivia-se, então, numa nova situação histórica. Os anos 90 do século XX começaram escancarando a crise dos socialismos históricos do Leste europeu, nos fazendo assistir à perestroika na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sua subseqüente

⁸⁵ Cf. AAS 76 (1984), p. 876-899.

⁸⁶ Cf. AAS 79 (1987), p. 554-591.

⁸⁷ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução *Libertatis nuntius*, AAS 76 (1984), XI, 5.

⁸⁸ *Ibidem*, XI, 17.

⁸⁹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução *Libertatis conscientia*, AAS (1987), n° 3.

⁹⁰ *Ibidem*, IV, 61-70.

⁹¹ *Ibidem*, V, 71-96.

desintegração e formação de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI). Desde então, o capitalismo tendeu a colocar-se em cena como a única alternativa. Antes, o capitalismo tinha que competir com o socialismo, apresentar um rosto mais humano e realizar políticas de desenvolvimento. A partir dos anos 90, tendeu a erigir-se como a única solução na nova ordem internacional. Não raro, se impôs de maneira forçada, quando não totalitária, diante do qual o Terceiro Mundo ou se submetia ou não contaria.

A percepção de então era a de que não se estava mais diante de uma opção de desenvolvimento dependente ou não-dependente, de um reformismo intra-sistêmico ou de um processo de libertação. A contradição captada era mais radical, ou seja, Vida-Morte. Depois do confronto Leste/Oeste, saltava aos olhos a questão Norte/Sul. Para a nova ordem internacional estava descartado ou inexistente todo e qualquer setor que não se enquadrasse ou não respondesse aos seus interesses imediatos. Para os milhões de miseráveis do Terceiro Mundo ou mesmo para os pobres do Primeiro Mundo restava o abandono e, no limite, a morte; e sempre que necessário, para salvar o sistema de livre mercado, a vida dos pobres acabaria "sacrificada".

Quanto ao ressurgimento do tradicionalismo, com sua escola teológica neotradicionalista, tinha-se a impressão de não ser um fenômeno incipiente. Já no início da última década do século XX, ele constituía-se na espinha dorsal em certos ambientes eclesiais. A primeira redação do documento de consulta⁹² para a IV Conferência do Episcopado Latino-americano constituía-se numa peça-chave, num documento significativo (um *lapsus* revelador!) do neotradicionalismo. A modernidade era identificada como “adversária”, pelo seu processo de secularização, desintegração do tecido social, crescente conflitividade, sendo as ideologias o seu filão perverso. Urgia recuperar o controle desta cultura, numa nova unidade orgânica e numa restauração da autoridade.

2. A difícil elaboração do documento de Santo Domingo

⁹² Cf. *Elementos para uma reflexão pastoral em preparação da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, CELAM, fevereiro de 1990 (entrega oficial).

O contexto que acabamos de ver influenciou fortemente na elaboração do documento de Santo Domingo; este reflete a Igreja do final dos anos 80 e início da década de 90 do século XX. Na verdade, a preparação da IV Conferência foi marcada por uma descontinuidade em seu processo de preparação, uma etapa desconhecendo por vezes a anterior. Esta descontinuidade aparece quando são confrontados os dois “documentos de consulta”⁹³.

Este contexto, aparentemente negativo, mostra-nos que o “novo” não irrompe num toque de magia ou por geração espontânea; ele é gestado em meio a tensões e conflitos, em meio a avanços e retrocessos. A elaboração do documento final da Conferência de Santo Domingo foi sofrida e reflete o impacto que as diferentes correntes eclesiais e, sobretudo, teológicas tiveram no seio da assembléia⁹⁴. Dom Luciano Mendes de Almeida, coordenador da Equipe de Redação do documento final, encontrou muita dificuldade de trabalhar com os colegas de Equipe; estes eram mais afinados com a visão dada pela CAL (Comissão para a América Latina, do Vaticano) que conjuntamente orientava os trabalhos da Conferência.

A assembléia teve 30 comissões de trabalho. O texto foi sendo produzido com muitas dificuldades. No dia 21 de outubro, após ser apresentada a primeira parte do texto (“Jesus Cristo: Evangelho do Pai”), começaram os trabalhos de reelaboração, já que muitas emendas ao texto haviam sido apresentadas. No dia seguinte, quando se passou à segunda parte do texto (“Jesus Cristo evangelizador vivo em sua Igreja”), as avaliações e reações ao mesmo foram numerosas, criando um clima mais tenso, quase paralisando a assembléia. Dom Luciano Mendes de Almeida solicitou aos participantes um voto de confiança em favor da Comissão de Redação para a revisão do texto. 171 membros da assembléia se pronunciaram a favor. No dia 24, foi apresentada a terceira parte do documento final (“Jesus Cristo, vida e esperança na América Latina”). A redação final do documento foi confiada a uma equipe organizada pela CAL que tomou certa distância ante os textos que haviam sido trabalhados nas comissões, originando um novo ponto de atrito. No dia 26 de

⁹³ Em 1991, o CELAM entregou um novo documento, como inicialmente estava previsto, substituindo o anterior. Cf. CELAM, *Documento de Consulta - Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, 1991.

⁹⁴ Cf., entre outros, IR. NERY, FSC, *Como vi e vivi Santo Domingo – Um diário*, Petrópolis, Editora Vozes, 1993.

outubro, ainda eram muitas as intervenções em favor de um texto melhor elaborado, mais fundamentado teologicamente, mais voltado para os desafios e inquietações do continente latino-americano. No dia 28 de outubro, o documento final foi à votação, após correções feitas até o último minuto, recebendo 201 votos a favor, nenhum voto contra e 5 abstenções⁹⁵.

O documento final de Santo Domingo desenvolve o seguinte esquema:

Parte I: Jesus Cristo: Evangelho do Pai

1. Profissão de fé
2. Nos 500 anos da primeira evangelização

Parte II: Jesus Cristo evangelizador vivo em sua Igreja

Capítulo 1: A nova evangelização

Capítulo 2: A promoção humana

Capítulo 3: A cultura cristã

Parte III: Jesus Cristo, vida e esperança da América Latina

Linhas pastorais prioritárias

Opções pastorais prioritárias

Oração

Mensagem do Episcopado Latino-Americano aos povos da América Latina e Caribe

3. A nova evangelização

O documento final de Santo Domingo situa-se no contexto do V Centenário da Evangelização das Américas, cuja conquista/descoberta tinha se dado em 1492. A preocupação do trabalho desta Conferência centrou-se na proposta de uma “nova evangelização”, bem como enfatizou a “promoção humana” e ocupou-se da “cultura cristã”, traçando as linhas fundamentais de um novo impulso evangelizador. Vejamos os elementos fundamentais:

⁹⁵ Cf. *L’Osservatore Romano*, 22/11/1992, p. 10.

a) Busca apresentar as linhas básicas de um novo impulso evangelizador, cuja “novidade” da ação evangelizadora afeta o estilo, o esforço e a programação ou, como João Paulo II já propusera em Haiti, seja nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão⁹⁶. Isto equivale a dizer que ela “brota de uma radical conformação com Jesus Cristo, o primeiro evangelizador” (‘novo ardor’), que exigirá imaginação e criatividade para encontrar novos caminhos diante das novas situações (‘novos métodos’), que terá que “inculturar-se mais no modo de ser e de viver de nossas culturas” (‘nova expressão’)⁹⁷.

b) Pretende fornecer balizas claras para a nova evangelização, tais como: o sujeito desta evangelização “é toda a comunidade eclesial segundo sua própria natureza”⁹⁸; seu conteúdo é Jesus Cristo⁹⁹; a sua tarefa consiste em “suscitar a adesão pessoal a Jesus Cristo e à Igreja”¹⁰⁰; “tem como finalidade formar pessoas e comunidades maduras na fé e dar respostas à nova situação que vivemos, provocadas pelas mudanças sociais e culturais da modernidade”¹⁰¹.

c) Tendo presente os pontos acima, os bispos em Santo Domingo firmam o compromisso de trabalhar por: “Uma nova evangelização de nossos povos, à qual todos estão chamados, com ênfase especial na pastoral vocacional, com especial protagonismo dos leigos e, entre eles, dos jovens, mediante a educação contínua da fé e sua celebração, a catequese e a liturgia, para além de nossas próprias fronteiras: *América Latina missionária*; uma promoção integral do povo latino-americano e caribenho, a partir de uma evangélica e renovada opção pelos pobres, a serviço da vida e da família; uma evangelização inculturada, que penetre os ambientes

⁹⁶ Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso de abertura*, in IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, *Santo Domingo: Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã (Documento de Santo Domingo)*, Petrópolis, Editora Vozes, 1992, n° 6, 7, 10, p. 11, 12, 14.

⁹⁷ Cf. *ibidem*, n° 28ss.

⁹⁸ Cf. *Documento de Santo Domingo*, n° 25.

⁹⁹ Cf. *ibidem*, n° 27.

¹⁰⁰ Cf. *ibidem*, n° 26.

¹⁰¹ *Ibidem*, n° 26.

marcados pela cultura urbana, que se encarne nas culturas indígenas e afro-americanas, com uma eficaz ação educativa e uma moderna comunicação”¹⁰².

d) O documento de Santo Domingo entende-se em continuidade com as Conferências do Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968) e Puebla (1979), enquanto parte de um processo de amadurecimento no qual vem sendo gestada a nova evangelização. “Assumimos plenamente as opções que assinalaram aqueles encontros e encarnaram as suas conclusões mais substanciais”, dizem os Bispos em sua *Mensagem aos povos da América Latina e Caribe*¹⁰³.

e) O documento começa com uma profissão de fé, sob o título “Jesus Cristo, Evangelho do Pai”; esta se impõe como uma evidência da fé, válida e fecunda em todos os tempos e lugares. Análises teológicas do texto mostram que esta parte opta por uma cristologia não suficientemente ligada à nossa história, não acolhendo assim o contexto a partir do qual se pretende falar para expressar a centralidade de Jesus Cristo¹⁰⁴.

f) O capítulo sobre a promoção humana (capítulo II da parte II), junto com o das linhas pastorais, é o que melhor reflete o trabalho da própria Conferência. Nossa realidade está aí espelhada, bem como muito da nossa teologia. Aponta a promoção humana como dimensão privilegiada da nova evangelização. Ao falar dos sinais dos tempos no campo da promoção humana, lembra realidades muito vivas e concretas de nosso continente, tais como os direitos humanos, a ecologia, a terra, o empobrecimento, o trabalho, a mobilidade humana, a ordem democrática, a nova ordem econômica e a integração latino-americana.

g) As linhas pastorais (parte III) formam um texto consistente, valioso e prático, mesmo que mais breve. Nele podemos destacar alguns pontos iluminadores da nova

¹⁰² *Ibidem*, n° 302.

¹⁰³ Cf. *ibidem*, n° 4; cf. também n° 1, 30, 290, 301, 302.

¹⁰⁴ Cf. CALIMAN, Cleto, “Conclusões de Santo Domingo – Roteiro de estudo”, *Convergência*, 28 (1993), p. 241.

evangelização, ou seja, a continuidade com o Vaticano II, Medellín e Puebla, a opção pelos pobres como iluminadora de toda a nossa ação evangelizadora, o protagonismo dos leigos como prioridade da nova evangelização, a Igreja colocada a serviço da vida como prioridade da promoção humana, a inculturação como desafio maior tanto nos ambientes urbanos quanto nas culturas indígenas e afro-americanas presentes em nosso Continente.

CAPÍTULO V

APARECIDA: DISCÍPULOS E MISSIONÁRIOS DE JESUS CRISTO

A V Conferência Geral dos Bispos Latino-Americanos e Caribenhos foi convocada pelo Papa Bento XVI para os dias 13 a 31 de maio de 2007 para a cidade de Aparecida, SP, Brasil. O tema escolhido foi: *Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida. “Eu sou Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6).*

1. Fase preparatória

Todas as Igrejas locais foram convocadas a participar e colaborar na preparação da V Conferência. Para servir de estímulo, um *Documento de Participação*¹⁰⁵ foi redigido para orientar e animar as comunidades eclesiais neste empenho comum. O tema central aponta para o discipulado e a missionariedade. Até novembro de 2006, foram recolhidas as contribuições e comentários diversos ao *Documento de Participação*. Em seguida, a partir da compilação do material recebido, redigiu-se um *Documento de Síntese*, ponto de partida para o trabalho dos Bispos na V Conferência.

O *Documento de Participação* foi publicado com o seguinte esquema:

- I. O anseio pela felicidade, verdade, fraternidade e paz
- II. Desde a chegada do evangelho à América Latina e ao Caribe vivemos nossa fé com gratidão
- III. Discípulos e missionários de Jesus Cristo
- IV. No início do Terceiro Milênio
- V. Para que nele nossos povos tenham vida

¹⁰⁵ CELAM, *Rumo à V Conferência do Episcopado da América Latino e do Caribe – Documento de participação*, São Paulo, Paulinas/Paulus, 2005.

Apreciado sob o ponto de vista metodológico e da lógica dos conteúdos, a visão de mundo, de ser humano e de Igreja, com a correspondente teologia subjacente¹⁰⁶ fazem deste documento um esboço, sem a pretensão de ser um documento final; apresentou-se ele mesmo como “um convite, sem dúvida incompleto”, à espera da contribuição de todos para que então se chegue a um *Documento Síntese*. Abriu-se, então, a possibilidade de uma ampla participação, acrescida de seminários e congressos em diferentes países da América Latina e do Caribe. As contribuições enviadas ao CELAM somaram 2400 páginas. “Todos estes encontros tiveram como objetivo aprofundar o tema do discipulado e a missão desde diversas perspectivas: bíblica, teológica e pastoral; e discernir a profunda mudança cultural que vivemos, a fim de buscar juntos caminhos mais adequados para viver com fidelidade criativa a mensagem do Evangelho e transmiti-lo com novo ardor missionário”¹⁰⁷.

Buscando oferecer uma síntese qualitativa das contribuições recebidas, uma equipe de bispos, teólogos, biblistas e pastoralistas se debruçaram sobre todo o material recolhido com a finalidade de redigir um *Documento de Síntese*. Este traz a seguinte estrutura:

Introdução

1. A caminho de uma Igreja de discípulos e missionários
2. Nossa originalidade latino-americana
3. Em comunhão com a Igreja universal
4. Caminho da V Conferência

Capítulo I: Olhamos nossos povos à luz do projeto do Pai

1. O projeto de amor de Deus Pai
2. Rostos que nos interpelam
3. Mudança de época e desafios
4. A Igreja nesta mudança de época

Capítulo II: Jesus Cristo, fonte de vida digna e plena

1. Jesus Cristo, vida nova do Pai

¹⁰⁶ Cf. BRIGHENTI, Agenor, “O documento de participação da V Conferência – Apresentação e comentário analítico”, *Revista Eclesiástica Brasileira*, 262 (2006), p. 312-336.

¹⁰⁷ STANOVNIK, Andrés, *Apresentación*, in CELAM, *Síntesis de las aportaciones recibidas para la V Conferencia General*, CELAM, Bogotá, março de 2007.

2. Jesus Cristo convida a uma digna e feliz
3. A Igreja, sacramento do Reino de vida, em constante renovação
4. Alguns grandes critérios

Capítulo III: O Espírito nos impulsiona a ser discípulos missionários

1. O Espírito anima a evangelização da Igreja
2. O povo de Deus missionário a serviço do Reino
3. A construção do Reino na América Latina e Caribe
4. O processo de formação dos discípulos missionários
5. Nossas preocupações fundamentais

Conclusão geral

1. Uma Igreja interpelada por Jesus
2. Uma Igreja convidada ao discernimento e alimentada por Jesus
3. Uma Igreja enviada por Jesus
4. Uma Igreja que tem por modelo a Mãe de Jesus

2. O tema central da V Conferência

O *Documento de Síntese* buscou traçar a importância do tema da V Conferência. Em 4 breves parágrafos faz uma apresentação que nos ajuda a compreender melhor o seu significado. Vejamos o texto:

“O tema central da V Conferência é *Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida. ‘Eu sou Caminho, a Verdade e a Vida’ (Jo 14,6)*. Nele encontramos os núcleos que inspiram as análises, as reflexões e as propostas de sua fase preparatória. São fios condutores que lhe dão unidade e coerência, de tal forma que é possível descobrir neles uma interrelação, interdependência e interação”¹⁰⁸.

“*Discípulos e missionários de Jesus Cristo* evoca uma tríplice relação vital: com o Senhor que nos faz objeto de sua gratuidade, com a comunidade onde vivemos

¹⁰⁸ CELAM, *Síntesis de las aportaciones...*, op. cit., n° 27.

nossa identidade eclesial e com aqueles a quem somos enviados em nome do Senhor da vida”¹⁰⁹.

“*Para que nossos povos* situa os discípulos e missionários na dimensão evangelizadora da Igreja, atendendo à solidariedade, o amor oblato e o serviço incondicional a todos sem exclusões. Queremos acompanhar nossos povos na libertação de seus sofrimentos e escravidões, que afogam sua esperança e não lhes permitem ter a vida plena que Deus Pai nos presenteia sem cessar com a ressurreição de Jesus”¹¹⁰.

“*Nele tenham vida* manifesta nossa convicção de que em Deus vivo, revelado em Jesus, se encontra o sentido, a fecundidade e a dignidade da vida humana. Esta é a vida em Cristo que queremos com nossos povos e que se vê ameaçada de forma insuspeita e perversa. Ele nos urge a missão de entregá-la, promovê-la e defendê-la em toda a sua integridade, com a consciência de que alcançará um dia a plenitude quando ‘Deus será todo em todos’ (1 Cor 15,28)”¹¹¹.

3. Uma Igreja discípula e missionária

Solicitando lucidez, discernimento e audácia, o *Documento de Síntese* convoca para uma renovação da Igreja no continente latino-americano e caribenho¹¹². Aponta para épocas cheias de luz, mas reconhece momentos sombrios. Aponta para os grandes feitos da evangelização, porém reconhece ter havido abusos. E sublinha que uma leitura dos sinais dos tempos traz grandes desafios, não sendo possível dissociar o mistério de Cristo do caminhar histórico imerso na realidade latino-americana e caribenha.

O *documento* revela um olhar de fé sobre a realidade da sociedade neste Continente. Capta rostos concretos que nos interpelam. Entrevê uma mudança de época

¹⁰⁹ *Ibidem*, n° 28.

¹¹⁰ *Ibidem*, n° 29.

¹¹¹ *Ibidem*, n° 30.

¹¹² Cf. *ibidem*, n° 1-15

com seus desafios. Depara-se com a Igreja que vive os contrastes e desafios que lhe vem da sociedade em que vive. Ao mesmo tempo, a pessoa de Jesus surge como o revelador do Pai, doador de vida, realizador do Reino, que convida discípulos a participar de sua vida neste contexto de sociedade. A Igreja, por sua vez, sente-se convocada a uma constante conversão e renovação, à escuta da Palavra, na celebração da Eucaristia e a Reconciliação, pondo-se a serviço do Reino em comunhão e participação. A Igreja, animada pelo Espírito, sente-se impulsionada a realizar a obra evangelizadora, convocando todos os seus membros para a missão. Esta evangelização realiza-se nos mais diversos âmbitos de nossa realidade, quer pessoais e familiares, quer sociais e eclesiais.

Hoje, com renovado ardor, “Jesus convida a Igreja a ‘sentar-se a seus pés’ para escutá-lo e assumir como próprio, em cada conjuntura da história, o projeto de vida do Pai”¹¹³. A Igreja “deve primeiro ela mesma fazer-se discípula da Palavra, deixando-se interpelar e evangelizar...; deve escutar a seu Senhor para ser – no hoje da história – comunidade de discípulos”¹¹⁴. “Durante seu ministério, Jesus forma os seus para que proclamem o Reino de vida e o transformem num acontecimento sempre atual”¹¹⁵.

O *Documento de Síntese* aponta para o necessário dinamismo inspirador do/a discípulo/a que se desdobra nas seguintes realidades interdependentes: o encontro com Jesus Cristo, a conversão, o discipulado, a comunhão e a missão¹¹⁶. Estas realidades contêm grande densidade teológica, espiritual e pastoral, inspirando-se na prática original da Igreja dos primeiros tempos.

Torna-se importante investir nas pessoas para que este discipulado torne-se bem fundamentado espiritual e humanamente. Faz-se necessário investir numa formação que abarque as diversas dimensões a serem integradas harmonicamente no processo formativo. “Trata-se da dimensão humana, espiritual, intelectual, comunitária e pastoral”¹¹⁷.

¹¹³ *Ibidem*, n° 138.

¹¹⁴ *Ibidem*, n° 139-140.

¹¹⁵ *Ibidem*, n° 182.

¹¹⁶ Cf. *ibidem*, n° 296.

¹¹⁷ *Ibidem*, n° 300.

O *Documento de Síntese* deixa também claro que há preocupações particulares que tocam a Igreja e que solicitam sua atenção especial. No nível cultural, sublinha a influência dos meios de comunicação social que “plasmam fortemente a mentalidade de nossos contemporâneos, muitas vezes em oposição aos valores evangélicos”¹¹⁸, em meio a um processo de globalização e de urbanização crescentes. Identifica igualmente a necessidade de empenhar os melhores esforços na “luta pela vida e pela dignidade e integridade da pessoa humana”¹¹⁹, por causa da corrupção, dos ataques à vida intra-uterina, dos ídolos do lucro e da eficiência, da indiferença e insensibilidade reinantes e tantas formas de violências que se disseminam. Neste contexto, não há como deixar de renovar e consolidar a opção pelos pobres¹²⁰.

Igualmente, merece um adequado discernimento o despertar religioso, seguido do aumento de adeptos de outras religiões; neste contexto, as seitas constituem séria preocupação da Igreja. “Constatamos uma busca de valores espirituais com novas características. Diante deste despertar religioso se requer um adequado discernimento e o anúncio do Evangelho como resposta, cheia de esperança e vida, aos legítimos anseios. Também o exemplo de Cristo nos pede uma relação respeitosa com nossos irmãos de outras comunidades cristãs e com adeptos de outras religiões”¹²¹.

¹¹⁸ *Ibidem*, n° 342.

¹¹⁹ *Ibidem*, n° 344.

¹²⁰ Cf. *ibidem*, n° 346.

¹²¹ *Ibidem*, n° 347.

CAPÍTULO VI

DISCIPULADO, MISSÃO E EVAGELIZAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

Nosso intuito, neste capítulo, é oferecer algumas reflexões sobre o discipulado, a missão e a evangelização. Procuramos identificar a riqueza destes diferentes temas que, na verdade, estão profundamente interligados. A adesão e o seguimento de Jesus Cristo levam necessariamente à missão de evangelizar, inclusive os novos areópagos, com um claro grito ético-profético em favor da vida.

1. O discipulado: adesão e seguimento de Jesus Cristo

Desde as primeiras páginas da Sagrada Escritura, Deus afirma-se como interlocutor e parceiro do ser humano, tecendo com ele uma Aliança, mediada por um constante diálogo. Deus toma a iniciativa deste diálogo e relança a Aliança sempre que for necessário. É o modo de Deus ir se revelando até manifestar-se em plenitude em Jesus Cristo. A partir de então, o centro de tudo e o elemento decisivo passa a ser o *seguimento de Jesus*; ser seu *discípulo*, acolher a Boa Nova, entrar e assumir o Reino de Deus, eis a grande convocação!

Jesus é a fonte inspiradora enquanto une o humano e o divino, abrindo-lhe o caminho da realização plena. Ele é o Verbo feito carne, luz verdadeira, que ilumina todo homem, fonte da graça e da verdade (cf. Jo 1,1-18), caminho da salvação. Ele é a certeza de que o ser humano não foi abandonado a uma história solitária, largado sem rumo neste mundo, à mercê do próprio egoísmo, orgulho, desprezo, ódio, injustiças, enfim o pecado.

Com Jesus, chegou o tempo decisivo. É necessário que cada um se decida, pois com Ele o “Reino se aproxima” (Mt 4,17; 10,7; Lc 10,9-11). “Completaram-se os tempos, está próximo o Reino de Deus, convertei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). Deus quer a salvação dos homens; para isto, os cristãos dos primeiros tempos esforçam-se em mostrar as opções concretas que provêm de sua fé no Cristo Salvador. A adesão a Jesus Cristo e a

pertença à Igreja passam a ser verdadeiras quando autenticadas por uma conduta, unindo fé e vida.

Existe um primado efetivo do Evangelho, constituindo conseqüentemente a inspiração primeira da ética cristã¹²². Isto nos remete, é claro, à centralidade de Cristo que tão claramente soube enfatizar uma moral renovada no pós-Vaticano II, bem como toda uma teologia e espiritualidade do “seguimento de Jesus”. O “vem e segue-me” de Jesus torna-se o chamado gratuito para a salvação; cabe de nossa parte uma resposta correspondente.

Rudolf Schnackenburg, buscando captar o sentido que Jesus dava à palavra “seguir”, identifica na passagem de Mc 1,17 o texto mais significativo para este intento. Ao chamar Simão e André, junto ao lago de Genesaré, Jesus disse-lhes: “Segui-me, e eu farei de vós pescadores de homens”. Seguir aponta aqui para o sentido “ir atrás de Jesus”, acompanhá-lo em seus caminhos, ser testemunha de suas obras e ajudá-lo em seus afazeres¹²³. Este seguimento significa identificar-se com Jesus, com a sua causa e, mais em profundidade, com o seu destino.

Existe nesta perícopé toda uma teologia sobre a maneira de seguir Jesus. “A ação parte de Jesus, e três momentos explicam o que se passa: o olhar de Jesus se dirige para estes homens, e imediatamente ele os *chama* para junto dele. Seu chamado é aquele de Deus mesmo; quando é Deus que chama não há como hesitar. Quanto ao conteúdo do chamado, ele exige que se *caminhe atrás de Jesus*, o que justamente na origem significa ‘seguir’. Enfim, ele quer fazer deles *pescadores de homens*”¹²⁴.

2. A nova compreensão de missão

¹²² PINTO DE OLIVEIRA, C.-J., *La crise du choix moral dans la civilisation technique*, Fribourg (Suisse)/Paris, Éditions Universitaires/Éditions du Cerf, 1977, p. 145ss.

¹²³ Cf. SCHNACKENBURG, R., *L'existence chrétienne selon le Nouveau Testament*, tome I, Tournai, Desclée, 1971, p. 84-85.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 85.

A renovação, impulsionada pelo Concílio Vaticano II, firmou progressivamente uma nova idéia de “missão”. No entanto, até um passado não muito distante, era forte a idéia de que a ação missionária era exclusivamente a obra de igrejas européias em países distantes, sob a coordenação de Roma¹²⁵. Esta ação missionária dava-se como forma de “cristianização”, dentro do quadro da Cristandade, com uma estratégia universalista, doutrinária e guerreira. Seguindo um caráter *universalista*, as missões buscavam dilatar ou ampliar o catolicismo da metrópole. O *indígena* e o *negro*, por exemplo, não constituíam uma fronteira. Sua submissão se justificava plenamente. As missões tinham por finalidade a “conversão”, mesmo que fosse necessário a ajuda da “espada e a vara de ferro” para que se cumpra o “*compelle eos intrare*”¹²⁶. Marcadamente *doutrinária*, a obra missionária baseava-se na doutrina transmitida essencialmente por via oral, na repetição pura e simples dos vocábulos usados e dos ensinamentos proferidos. A estratégia *guerreira*, por sua vez, consistia em impor a ordem da “sociedade sagrada” da metrópole, cujo poder (do Rei) “provinha” de Deus.

Em torno do Concílio Vaticano II dá-se, por sua vez, uma “virada” na compreensão da ação missionária¹²⁷. A idéia de “missões” em terras distantes dá lugar à compreensão de uma “única missão” para toda a Igreja, sendo fundamental a afirmação de que toda a Igreja é missionária e que, por isso, a missão faz parte da natureza mesma da Igreja (cf. AG 2)¹²⁸.

O Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária, deve ser entendido dentro do conjunto dos documentos conciliares. Ele faz parte da consciência conciliar que foi crescendo à medida que a Igreja soube “olhar para si mesma”, porém em “diálogo com o mundo de nosso tempo”. Tomando em conta o conjunto dos documentos conciliares, fica

¹²⁵ O cânon 1350 § 2 do Código de Direito Canônico de 1917 prescrevia que “o encargo universal das missões junto aos não-católicos” era “reservado exclusivamente à Sé Apostólica”.

¹²⁶ Cf. LEITE, S., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 1, Lisboa, 1938, p. 210-211; AZZI, R., “Moral católica e sociedade colonial”, *Reflexão*, 24 (1982), p. 24.

¹²⁷ Cf. TIHON, P., “Des missions à la mission - La problématique missionnaire depuis Vatican II”, *NRT*, 107 (1985), p. 520-536 (1ª parte), p. 698-721 (2ª parte); COLLET, G., “Teologia da missão ou teologia das missões?”, *Concilium*, 279 (1999), p.112-121.

¹²⁸ Cf. Decreto *Ad Gentes*, nº 2, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 351. O Decreto *Ad Gentes* precisa ser compreendido no contexto da Constituição *Lumen Gentium* (sobre a Igreja), da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no mundo de hoje), da Declaração *Nostrae Aetate* (sobre as religiões não-cristãs).

claro que “a missão da Igreja” não é uma preocupação isolada ou à margem, mas faz parte de uma concepção missionária que recobre a Igreja como um todo¹²⁹.

Ad Gentes, em consonância com *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes* e *Nostra Aetate*, nos faz entender que toda a Igreja é missionária; sendo assim, esta missão da Igreja faz parte de sua própria natureza¹³⁰. Ela é enviada a dar testemunho da salvação realizada por Cristo, sendo, por isso, “sacramento universal de salvação”¹³¹. Em suma, o Concílio considera a missão como uma *função essencial* da Igreja e como *tarefa comum* da Igreja inteira.

3. A missão de evangelizar

Quando em 1974, o IV Sínodo dos Bispos concentrou-se no tema da evangelização, saltou imediatamente aos olhos que se tratava de uma grande redescoberta¹³². Não tendo chegado a um documento final, o Sínodo delegou a Paulo VI o cuidado de publicar um documento que recolhesse os trabalhos aí realizados, o que veio à luz com a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, texto denso, amplo e de especial vigor. Ele prolonga, completa e amplia o Decreto *Ad Gentes*.

Com este texto, Paulo VI conseguiu dar à evangelização um fundamento doutrinal consistente. Sublinhou que a *missão de evangelizar* “constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade”¹³³. A Igreja nasce da missão de Jesus, é enviada por Ele; “é exatamente toda a sua missão e a condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar”¹³⁴. Vemos como a missão não é definida a partir

¹²⁹ Cf. RATZINGER, J., *La mission d'après les autres textes conciliaires*, in *L'activité missionnaire de l'Église – Décret “Ad Gentes”*, col. “Unam Sanctam” n° 67, Paris, Éditions du Cerf, 1967, p. 121-147.

¹³⁰ Cf. Decreto *Ad Gentes*, n° 2, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 351.

¹³¹ Cf. Constituição dogmática *Lumen Gentium*, n° 48, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 97s; cf. Decreto *Ad Gentes*, n° 1, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 351.

¹³² Cf. LÓPEZ-GAY, J., *Evolución histórica del concepto de ‘Evangelización’*, em DHAVAMONY, M. (edit.), *Évangélisation*, col. “Documenta missionalia” n° 9, Roma, Pont. Univ. Gregoriana, 1975, p. 161-190.

¹³³ Cf. PAULO VI, *Exortação apostólica “Evangelii Nuntiandi”*, 6ª edição, col. “Documentos Pontifícios” n° 188, Petrópolis, Editora Vozes, 1984, n° 14, 15.

¹³⁴ *Ibidem*, n° 15.

da Igreja, mas a Igreja a partir da missão de Jesus Cristo. A Igreja, portanto, encontra sua razão de ser na realização desta missão¹³⁵.

Desde a *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI, soa muito forte que a Igreja “existe para evangelizar”¹³⁶. Aí está “a missão essencial da Igreja”¹³⁷. O cuidado passa a ser, então, de não cair numa definição parcial e fragmentária para “dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização”, resguardando, “numa visão de conjunto, todos os seus elementos essenciais”¹³⁸.

Ao pregar o evangelho, sabemos como Jesus, por sua vez, não pregou a si mesmo, mas pregou o Reino de Deus. Este Reino estabelece um novo relacionamento filial dos homens com o Pai e um relacionamento fraterno com os outros; diz respeito às pessoas, às estruturas, à sociedade, ao mundo inteiro”¹³⁹. Isto significa que a evangelização se realiza *pelos caminhos da história*, ciente dos laços profundos existentes entre evangelização, promoção humana, desenvolvimento e libertação¹⁴⁰.

Com isso, fica claro que a evangelização não se realiza fora de nosso tempo ou fora da história, mas está em constante relação com os “sinais dos tempos”. Aí encontram-se, hoje, as interpelações de Deus que constituem-se no lugar da experiência de fé, um verdadeiro “lugar teológico”¹⁴¹. A necessidade de uma permanente escuta e leitura dos sinais dos tempos brota da convicção de que “não podemos dissociar o plano da Criação e o

¹³⁵ Na América Latina, desde a II Conferência Geral dos Bispos, em Medellín, em 1968, a Igreja já vinha dando um destaque à evangelização, sobretudo na III e na IV Conferências Gerais dos Bispos, em Puebla (1979) e em Santo Domingo (1992). Neste Continente, quase todas as Conferências Episcopais nacionais foram paulatinamente assumindo a evangelização como referência-pivô para exprimir a missão da Igreja no pós-Vaticano II, sendo o veio central no qual se apóia todo o trabalho pastoral e as respectivas diretrizes gerais.

¹³⁶ PAULO VI, *op. cit.*, n° 14.

¹³⁷ Cf. *ibidem*, n° 14; Sínodo dos Bispos de 1974, “Evangelização no mundo de hoje - Declaração final”, *SEDOC*, 7 (1974/75), p. 736, n° 4.

¹³⁸ Cf. PAULO VI, *op. cit.*, n° 17.

¹³⁹ CNBB, *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil - 1991-1994*, col. “Documentos da CNBB” n° 45, São Paulo, Ed. Paulinas, 1991, p. 33s, n° 41-43.

¹⁴⁰ Cf. *Documento de Santo Domingo* n° 157; cf., também, PAULO VI, *op. cit.*, n° 31.

¹⁴¹ Cf. *Conclusões de Medellín*, doc. 7, § 13; cf. *Documento de Santo Domingo*, n° 164-209.

plano da Redenção”¹⁴², sendo um dever de todos participar na promoção humana, combater as situações bem concretas de injustiça e promover a justiça e a paz.

Ao mesmo tempo, “só uma Igreja evangelizada é capaz de evangelizar”¹⁴³. “Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma”¹⁴⁴. Com isso, vemos sublinhada a necessidade da Igreja ser evangelizada se ela quiser conservar o alento, a força e sua credibilidade no mundo de hoje; isto significa dispor-se a uma conversão e renovação constantes. Não poderá haver *anúncio* credível se não houver uma *vida* que se faça *testemunho* vivo e anúncio primeiro do que é pregado.

Com o intuito acima expresso, a *Evangelii Nuntiandi* teve o cuidado de ampliar o conceito de evangelização ao afirmar: “Para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade que se apresentam em contraste com a palavra de Deus e com o desígnio da salvação”¹⁴⁵. Esta noção ampla não dirime o fato de que “evangelizar, para a Igreja é levar a Boa-Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade”¹⁴⁶.

Com isso, queremos dizer que a Igreja toda está a serviço da missão. A Igreja se define a partir da missão de Cristo que, por sua vez, possui como foco central o anúncio do Reino de Deus. No seguimento de Jesus, a Igreja sente-se chamada a continuar a obra evangelizadora de Jesus. Por meio de palavras e sinais, proclama a vinda do Reino e busca torná-lo presente na história humana.

¹⁴² Cf. *ibidem*, nº 157.

¹⁴³ *Documento de Santo Domingo*, nº 23.

¹⁴⁴ PAULO VI, *op. cit.*, nº 15.

¹⁴⁵ *Ibidem*, nº 19.

¹⁴⁶ Cf. *ibidem*, nº 18.

Na missão de evangelizar, convém sublinhar que “o impulso missionário pertence à natureza íntima da vida cristã”, conforme nos diz João Paulo II na *Redemptoris Missio* (nº 1). “A ação missionária não é um luxo de Igrejas que abundam em recursos e pessoal, mas é a dimensão essencial da própria eclesialidade. Temos que repartir da nossa pobreza”, lembra a Igreja da América Latina no documento de *Puebla*¹⁴⁷. Ser Igreja é estar em missão. Ser batizado é ser missionário. “Está-se afirmando uma nova consciência, isto é, que a missão compete a todos os cristãos, a todas as dioceses e paróquias, instituições e associações eclesiais”¹⁴⁸.

“Se numa época recente, a Missão parecia ser algo específico de grupos ou segmentos determinados do Povo de Deus (padres, religiosas e religiosos), hoje está nascendo uma consciência clara que a evangelização é tarefa de todos, e, de maneira especial, dos leigos”¹⁴⁹.

4. Evangelizar os “novos arcéopagos”

Com o Papa João Paulo II, a Igreja tomou consciência de que as numerosas transformações ocorridas nas últimas décadas repercutiram fortemente sobre o quadro missionário¹⁵⁰. As sociedades pluralistas e policêntricas de nossos dias vivem sem ou fora da unanimidade sócio-cultural-religiosa que as marcava até bem pouco tempo. Esvaziam-se os referenciais cristãos. Criam-se verdadeiros bolsões de populações descristianizadas ou pós-cristianizadas¹⁵¹. As grandes concentrações urbanas, cuja população já não está mais em contato tão direto com a Igreja, também muito influenciaram neste processo.

Em meio à rápida urbanização, a Igreja não é mais uma presença onipresente. Muito menos é ela a detentora dos universos simbólicos e significações globais da realidade. Vivemos um fenômeno de desmonopolização da Igreja. A aparente proximidade das pessoas e populações não garante a manutenção da unanimidade de um passado que para

¹⁴⁷ *Documento de Puebla*, nº 1158.

¹⁴⁸ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica “Redemptoris Missio”*, col. “Documentos Pontifícios”, nº 239, Petrópolis, Ed. Vozes, 1991, nº 2, p. 8.

¹⁴⁹ Subsídio para o Ano Missionário (22/05/1994 a 23/07/1995) em preparação ao V Congresso Missionário Latino-Americano (COMLA V, 18 a 23 de julho de 1995), nº 25.

¹⁵⁰ Cf. JOÃO PAULO II, *op. cit.*, nº 173.

¹⁵¹ Cf. *ibidem*, nº 172.

muitos é ainda bem recente. Multiplicam-se os meios de comunicação; surgem projetos “alternativos”; aumentam os campos da atividade humana; diversificam-se os ambientes de expressão do humano; fragmenta-se o universo unitário do passado. Valores seculares são relegados a uma segunda instância; elegem-se novos; traçam-se novas prioridades; invadem-se áreas antes invioláveis¹⁵².

Hoje “reproduz-se a situação do *Areópago de Atenas*”¹⁵³. Como São Paulo, precisamos ir também para os novos Areópagos anunciar o Evangelho, “usando uma linguagem adaptada e compreensível àquele ambiente!”¹⁵⁴. Esta nova situação repercute diretamente na missão de evangelizar.

Estes novos areópagos não reproduzem mais a linguagem da Igreja; têm linguagem própria. Podem situar-se “nos vários campos da civilização contemporânea e da cultura, passando pela política e a economia”¹⁵⁵. Destaca-se o mundo da comunicação. João Paulo II, na *Redemptoris Missio*, lembra que existem estes e tantos outros “setores a serem iluminados pela luz do Evangelho”, enumerando também “o empenho pela paz, o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo o das minorias; a promoção da mulher e da criança; a proteção da natureza”¹⁵⁶.

“Outros, ainda, podem ser os areópagos, segundo os ambientes e as regiões. As universidades, os centros de pesquisa, a produção artística, a participação em debates públicos podem ser, entre tantos outros, lugares de anúncio do Evangelho. Não se trata de sermos necessariamente os donos dos distintos areópagos, mas de marcar presença neles e sabiamente ir inculturando o Evangelho. Nesse empenho, será necessário um discernimento, com o devido respaldo moral e ético”¹⁵⁷.

¹⁵² Cf. AGOSTINI, N., *A evangelização na Ordem dos Frades Menores e desafios atuais*, em MÜLLER, N., DA SILVA, J. B., TEIXEIRA, C. M. (org.), *A maneira Franciscana de Evangelizar*, Petrópolis, Editora Vozes/FFB/CFMB, 1996, p. 86.

¹⁵³ Cf. JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, op. cit., nº 57.

¹⁵⁴ Cf. IDEM, *Carta encíclica “Redemptoris Missio”*, op. cit., nº 37.

¹⁵⁵ Cf. SCHALÜCK, Hermann, “*Encher a terra com o Evangelho de Cristo*”. *O ministro geral aos frades menores sobre a evangelização: da tradição à profecia*, Roma, OFM, 1996, nº 174.

¹⁵⁶ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica “Redemptoris Missio”*, op. cit. nº 37.

¹⁵⁷ SCHALÜCK, Hermann, op. cit., nº 175.

5. Por um grito ético-profético em favor da vida!

Em nossa missão de evangelizar, não podemos deixar de proclamar com toda força o Evangelho da Vida. E, partindo da *fé*, sentimos emergir a substância mesma da vida. Iluminando a realidade, eis que a *fé* nos reenvia à *prática*, levando-nos a perscrutar todas as coisas e os acontecimentos à *luz de Deus*. Ecoa, então, bem forte o *sentido teologal* de todas as realidades da vida, na densidade da graça ou no vazio do pecado¹⁵⁸.

5.1. Agraciados pelo Evangelho da Vida

O *Evangelho da vida*, assim como nos foi apresentado pelo Papa João Paulo II, é para todos nós uma “clara luz que ilumina as consciências, esplendor de verdade que cura o olhar ofuscado, fonte inexaurível de constância e coragem para enfrentar os desafios sempre novos que encontramos no nosso caminho”¹⁵⁹.

Este *Evangelho da vida*, do qual fomos agraciados, requer que recuperemos o verdadeiro rosto da fé cristã. Não se trata apenas de um conjunto de proposições a serem acolhidas com a mente. “Trata-se, antes, de um conhecimento existencial de Cristo, uma memória viva dos seus mandamentos, uma *verdade a ser vivida*. Aliás, uma palavra só é verdadeiramente acolhida quando se traduz em atos, quando é posta em prática”¹⁶⁰.

Movidos e iluminados pela fé em Jesus Cristo, “luz verdadeira que a todo o homem ilumina” (Jo 1,9), sabemos captar os sinais da graça, em toda a sua densidade, apesar da ambivalência característica do ser humano. É notória, em nossos dias, a tomada de consciência em muitos homens e mulheres da dignidade própria e de cada ser humano. Esta costuma vir aliada à preocupação crescente com o *respeito dos direitos humanos*. Além disso, cresce a convicção da *interdependência* e da necessidade de uma *solidariedade* entre todos os seres humanos, a partir da consciência de um *destino comum* a ser construído

¹⁵⁸ Cf. AGOSTINI, Nilo, *Ética cristã e desafios atuais*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p. 204.

¹⁵⁹ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Evangelium Vitae*, col. “Documentos Pontifícios” n° 264, Petrópolis, Editora Vozes, 1995, n° 6, p. 9.

¹⁶⁰ IDEM, *Carta encíclica Veritatis Splendor*, col. “Documentos Pontifícios” n° 255, Petrópolis, Editora Vozes, 1993, n° 88, p. 113-114.

conjuntamente, na busca do *bem* e da *felicidade*, como frutos do esforço e da aplicação de todos. Cresce o *respeito pela vida*, a *preocupação pela paz*, a *busca da justiça* e a necessária *distribuição eqüitativa* dos bens e de todos os frutos do desenvolvimento alcançado. Registramos, igualmente, uma crescente consciência dos limites dos recursos naturais disponíveis e o urgente e necessário respeito da integridade e dos ritmos da natureza; cresce, com isso, a *preocupação ecológica*. Igualmente positivo é todo o empenho pela paz e em favor de uma qualidade de vida ‘digna deste nome’¹⁶¹. Igualmente, sabemos que, diante dos notáveis progressos da humanidade, a Terra pode nutrir os seus habitantes¹⁶².

5.2. Constantes ameaças à vida

As constantes ameaças à vida estão hoje espalhadas por toda a sociedade. Não há como ficarmos paralisados, sem reação. Como pessoas de fé, sentimo-nos convidados a uma solicitude em favor da vida, de maneira especial a vida de cada ser humano, haja vista o seu valor incomparável, sem descuidar do cuidado de toda a criação. O Concílio Vaticano II, já tinha denunciado os múltiplos crimes e atentados contra a vida humana, com palavras claras e contundentes, deplorando:

“Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis. Todas estas coisas e outras semelhantes são infamantes; ao mesmo tempo que corrompem

¹⁶¹ Para o que descrevemos neste parágrafo, cf. JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Sollicitudo Rei Socialis*, col. “Documentos Pontifícios” n° 218, Petrópolis, Editora Vozes, 1988, n° 26, p. 42-45.

¹⁶² Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”, *A fome no mundo. Um desafio de todos: o desenvolvimento solidário*, col. “Documentos Pontifícios” n° 272, Petrópolis, Editora Vozes, 1997, n° 19ss, p. 35ss.

a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente; e ofendem gravemente a honra devida ao Criador”¹⁶³.

Este panorama inquietante está se dilatando à medida que se utiliza ou se manipula o progresso científico e tecnológico para produzir “outras formas de atentados à dignidade do ser humano”, num contexto cultural preocupante, assim descrito:

“Amplios setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual e, sobre tal pressuposto, pretendem não só a sua impunidade mas ainda a própria autorização da parte do Estado para os praticar com absoluta liberdade e, mais, com a colaboração gratuita dos Serviços de Saúde”¹⁶⁴.

Identificamos uma crueldade do ser humano contra si mesmo e seu semelhante. Ele é capaz de organizar a morte, buscá-la até sob pretexto de religião e de estabelecer, em torno dela, um comércio lucrativo. Basta ver as altas somas de dinheiro que são gastas em armamentos e em drogas. Movimentam somas vultosas. Para que? Para matar seres humanos ou para torná-los dependentes ou para sufocá-los.

“Nenhuma espécie animal é tão má (ou perversa) contra seus semelhantes [como a dos humanos]. Isto porque nenhuma tem no coração este ódio, esta cobiça, este orgulho, esta sede de poder, esta inveja, este espírito de vingança que levam certos humanos à agressão e forçando outros a se defender... ou a perder a vida”¹⁶⁵.

5.3. *É hora de anunciar o Evangelho da Vida!*

Diante do contexto acima, entendemos as palavras de João Paulo II na *Evangelium Vitae*, carregadas de solidariedade e da clareza do anúncio a ser realizado: “Em profunda

¹⁶³ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n° 27, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 171. Nós seguimos a citação e tradução que se encontram em JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Evangelium Vitae*, *op. cit.*, n° 3, p. 6.

¹⁶⁴ *Ibidem*, n° 4, p. 7.

¹⁶⁵ REY-MERMET, Théodule, *Pour une redécouverte de la Morale*, col. “Croire” n° 4, Québec, Droguet & Ardant, 1985, p. 263.

comunhão com cada irmão e irmã na fé e animado por sincera amizade para com todos, quero *mediar e anunciar o Evangelho da vida...* para enfrentar os desafios sempre novos que encontramos no nosso caminho”¹⁶⁶.

No centro do chamado de Deus, está a Vida. “O *evangelho da vida* está no centro da mensagem de Jesus”¹⁶⁷. Já no Antigo Testamento, em Dt 30,19b.20b, está claro o apelo de Deus: “Escolhe a vida para que vivas com tua descendência. Pois isto significa vida para ti e tua permanência estável sobre a terra...”. No Novo Testamento, Jo 10,10 ressoa forte a afirmação de Jesus que diz: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância”. Estes textos apontam para a “vida nova” e “eterna”, porém incluindo todos os aspectos e momentos da vida do ser humano, dando-lhes assim pleno significado.

Buscando o pleno significado das palavras de Jesus¹⁶⁸, vemos que elas incluem o valor incomparável da vida humana, o que faz do ser humano “o primeiro e fundamental caminho da Igreja”¹⁶⁹. A vida humana tem um valor *incomparável, inviolável e inalienável*¹⁷⁰. Anunciar o *Evangelho da Vida* significa buscar o seu “bem verdadeiro e integral”¹⁷¹. Não se assume uma visão parcial ou reducionista. Portanto, a vida humana, não importa o estágio em que se encontre, é muito mais do que um “material biológico”¹⁷², um código genético ou um simples programa a ser planejado por engenheiros genéticos. O fundamento aqui é a pessoa humana considerada em sua essência, em sua natureza e em sua verdade. Urge superar toda forma de individualismo, de hedonismo e de utilitarismo. Importa assumir uma visão integral do ser humano.

¹⁶⁶ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Evangelium Vitae*, *op. cit.*, nº 6, p. 9.

¹⁶⁷ *Ibidem*, nº 1.

¹⁶⁸ Cf. *ibidem*.

¹⁶⁹ Cf. *ibidem*, nº 2; cf. IDEM, *Carta encíclica “Redemptor hominis”*, col. “Documentos Pontifícios” nº 190, Petrópolis, Editora Vozes, 1979, nº 10.

¹⁷⁰ Cf. *Carta Encíclica “Evangelium Vitae”*, *op. cit.*, nº 5; cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação - Instrução “Donum Vitae”*, col. “Documentos Pontifícios” nº 213, Petrópolis, Editora Vozes, 1987, nº 2.

¹⁷¹ Cf. *ibidem*.

¹⁷² Cf. JOÃO PAULO II, *Carta encíclica “Veritatis Splendor”*, col. “Documentos Pontifícios” nº 255, Petrópolis, Editora Vozes, 1993, nº 63.

Chegou a hora de uma clara *afirmação da vida* que vá além do uso da própria força ofensiva e defensiva, o que é o próprio do animal, que vá além da racionalidade e do poder que buscam subjugar os mais fracos através do uso hábil das armas, do dinheiro e da ideologia. Urge, em nossos dias, uma clara *afirmação da vida* enquanto recusa do injustificável e como crítica ético-profética. A recusa do injustificável de opções parciais, redutoras e violentas no esquecimento da dignidade do ser humano leva-nos a uma aspiração ao verdadeiro, bom e belo. Cria a necessidade de *resistir*, recusando o relativo, fazendo existir a ética. A estes resistentes pertence o amanhã¹⁷³. Soou a hora de um “sim” à vida, assim como Deus mesmo já o pronunciara.

¹⁷³ Cf. MOSSÉ-BASTIDE, R.-M., *Gênese de l'éthique*, Genebra, Ed. Patino, 1986, p. 307.

Conclusão

Como Igreja, temos consciência do primado da missão evangelizadora, acima descrita, como parte do anúncio do *Evangelho da Vida*. Captamos que isto se realiza necessariamente na história concreta de nosso povo, aqui e agora. Porém, inseridos na história, descobrimo-nos inacabados. A nossa realidade “não é ainda aquilo que é chamada a ser”¹⁷⁴. Por isso, devemos reconhecer que fazemos um percurso de constante *conversão no seguimento de Jesus Cristo* encarnado, morto e ressuscitado, *pelos caminhos da história*; nela nos colocamos *a serviço do Evangelho* para transmiti-lo a todos com *fidelidade*¹⁷⁵.

Esta caminhada no seguimento de Jesus Cristo abarca a realidade transcendente e a realidade histórica. Enraíza-se no amor de Deus por nós, manifestado em Jesus Cristo, enquanto Boa-Nova anunciada no coração da história. Deus nos solicita a viver o seu Amor em nosso espaço-tempo. Nas *Conclusões de Medellín*, lemos com clareza que a evangelização “não pode ser nem a-temporal, nem a-histórica”¹⁷⁶. Paulo VI, depois de definir a realidade transcendente da evangelização, lembra-nos na *Evangelii Nuntiandi*:

“A evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível; sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação”¹⁷⁷.

O *documento de Puebla* sublinha a obrigação da Igreja de valorizar o aspecto integral da evangelização. Para que se consiga isto, segundo o espírito de Cristo, exorta ao exercício “do discernimento das situações e dos chamados concretos que o Senhor faz em

¹⁷⁴ Puebla – documento final, n° 231.

¹⁷⁵ Cf. *ibidem*, n° 349.

¹⁷⁶ Cf. *Conclusões de Medellín*, n° 7,13.

¹⁷⁷ PAULO VI, *op. cit.*, n° 29.

cada tempo. Isto exige atitude de conversão e de abertura e um sério compromisso com aquilo que foi reconhecido como autenticamente evangélico”¹⁷⁸.

O *Documento de Síntese* de Aparecida é claro ao indicar que a evangelização toca toda a realidade. Explicita isso com as seguintes palavras:

“Jesus Cristo, que é a Verdade, nos permite reconhecer a verdade mais profunda do ser humano, da história e de toda a realidade. Não há uma área da vida das pessoas e dos povos que não possa ser alcançada pela luz da razão e da fé. Por isso, a evangelização outorga a qualquer situação humana um sentido salvífico e uma orientação para seu natural desenvolvimento”.

O cuidado passa a ser, então, de não cair numa definição parcial e fragmentária para “dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização”, resguardando, “numa visão de conjunto, todos os seus elementos essenciais”¹⁷⁹. E enquanto membro de uma Ordem religiosa que se sente enviada a evangelizar e, com isso, a “encher a terra com o Evangelho de Cristo”, quero dizer com o ex-Ministro Geral Hermann Schalück, OFM, o quanto é importante o compromisso em favor da vida em nossos dias. Vejamos o texto que segue:

“Diante dos muitos *sinais de morte* que tendem a sufocar e reduzir o *humano* em sua identidade profunda e integralidade constitutiva, assumimos a defesa e a promoção da *vida*¹⁸⁰. Diante dos sistemas e estruturas de morte, identificamos a presença do pecado pessoal e social e suas raízes *anti-evangélicas*; face a tais situações, sentimo-nos convocados a uma constante conversão pessoal e social e a um empenho pelas necessárias ‘mudanças’ e integral ‘libertação’¹⁸¹.

“ Ai de mim se não evangelizar”¹⁸².

¹⁷⁸ Puebla – documento final, n° 338.

¹⁷⁹ Cf. PAULO VI, *op. cit.*, n° 17.

¹⁸⁰ Cf. JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Evangelium Vitae*, *op. cit.*, n° 2ss.

¹⁸¹ SCHALÜCK, Hermann, *op. cit.*, n° 122.

¹⁸² 1Cor 9,16.